



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO**

**ESTUDO DA QUESTÃO AMAZÔNICA NOS BRICS E SEU IMPACTO NA
PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO VERDE NO XIV PLANO QUINQUENAL DA
CHINA (2021-2025)**

BILL EGLINTON FLORES MARICAHUA

Foz do Iguaçu
2022



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA,
SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**ESTUDO DA QUESTÃO AMAZÔNICA NOS BRICS E SEU IMPACTO NA PROMOÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO VERDE NO XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA (2021-2025)**

BILL EGLINTON FLORES MARICAHUA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. (Dr.) Fábio Borges

Foz do Iguaçu
2022

BILL EGLINTON FLORES MARICAHUA

ESTUDO DA QUESTÃO AMAZÔNICA NOS BRICS E SEU IMPACTO NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA VERDE NO XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA (2021-2025)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Dr.) (Fábio Borges)
UNILA

Prof. (Dra.) (Virgínia Laura Fernández)
(UNILA)

Prof. (Dr.) (Pedro Marcelo Staevie)
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 22 de dezembro de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Bill Eglinton Flores Maricahua

Curso: Relações Internacionais e Integração

		Tipo de Documento
<input checked="" type="checkbox"/> graduação	<input type="checkbox"/> artigo	
<input type="checkbox"/> especialização	<input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso	
<input type="checkbox"/> mestrado	<input type="checkbox"/> monografia	
<input type="checkbox"/> doutorado	<input type="checkbox"/> dissertação	
	<input type="checkbox"/> tese	
	<input type="checkbox"/> CD/DVD – Obras audiovisuais	
	<input type="checkbox"/> _____	

Título do trabalho acadêmico: ESTUDO DA QUESTÃO AMAZÔNICA NOS BRICS E SEU IMPACTO NA PROMOÇÃO DA ECONOMIA VERDE NO XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA (2021-2025)

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Fábio Borges

Data da Defesa: 22/12/2022

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 22 de dezembro de 2022.

Bill Eglinton Flores Maricahua

Assinatura do Responsável

Dedico este trabalho a Noemí Centurión,
Francisca Soares, Marina Arce, María Eta
Vieira e Marivel Maricahua.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a meu orientador Fábio Borges pela leitura desta pesquisa. Assim mesmo, agradeço à banca por suas sugestões que ajudaram a estruturar este trabalho, muito obrigado professora Virgínia Laura e Pedro Marcelo, por me inspirar como professores e pessoas preocupadas pelo desenvolvimento de Latinoamérica. Por outro lado, ao Brasil por me dar a oportunidade de ser o primeiro integrante da minha família em estudar fora da minha pequena região e a todos os colegas brasileiros do Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política onde compartilhei diferentes disciplinas que formaram meu caráter investigativo, integracionista e holístico. Assim mesmo, carinhosamente tenho que agradecer a todos meus colegas e amigos argentinos, venezuelanos, chilenos, paraguaios, haitianos, colombianos, uruguaios, guineenses, peruanos e cubanos por toda a motivação e fortaleza nos quatro anos de curso.

Assim, obrigado a Gonzalo Barberena, Héctor Enrique Colmenarez, Nicolás Retamal, Germain Medel, Luis Mellado, María Vázquez, Jorge Luis Aldana, Stephanas Estephat, Viviana Hinojoza, Camilo Robledo, Joaquín Bernassa, Julio Alberto Sambu, Thiago Ossucci, Alessandro da Silva, Edderson Mendoza, Eyner Tuyó, Miryan Santos, Willian Brito e Julio Ramírez Brieva por tanto apoio acadêmico e emocional. Nossa amizade é eterna.

Por outro lado, é preciso mencionar e agradecer a minhas professoras e meus professores do ILAESP e ILAACH que influenciaram diretamente na minha formação pessoal e intelectual: Félix Pablo, Fernando Romero, Paula Fernández, Hernan Venegas, Felipe dos Santos, José Vieira, Renata Peixoto, Endrica Geraldo, Luciano Wexell, María Mejías, Tereza Spyer, Valdemar Wesz, Cristovão Ribeiro, Gabriel Vieira, Fernando Correa, Jacqueline Aslan, Pedro Staevie, Marcos Garcias, Karen dos Santos, Bruno Rodas, Virginia Laura Fernández, Gilson Oliveira, Mamadou Alpha, Henrique Coelho, Mauro Victoria Soares, María Eta Vieira, Francisca Paula Soares Maia e Breno Viotto.

Também, muito obrigado aos funcionários da Biblioteca Latino-americana Paulo Freire da UNILA por sempre estar ao serviço dos estudantes quando se precisa acessar ao acervo institucional

Finalmente, agradeço a minha companheira de vida Noemí Centurión por me ajudar na organização da bibliografia desta pesquisa, assim como na leitura do projeto inicial. E agradeço a todas as pessoas que fizeram possível minha chegada ao Brasil.

“En una guarida de piedra estaba el poeta Shi, al que le encantaba comer leones, y decidió comerse diez. Solía ir al mercado a buscar leones...”

Yuen Ren Chao

RESUMO

Neste trabalho se tem como objetivo geral analisar a questão amazônica nos BRICS e seu impacto na promoção da economia verde no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025). Assim como descrever o impacto e identificar as principais diretrizes do XIV Plano Quinquenal (2021-2025) da China vinculados à Amazônia e a promoção do desenvolvimento verde e à área de interação dos BRICS, assim como estabelecer as implicações geopolíticas da questão amazônica nos BRICS e no XIV Plano Quinquenal da China. Por isso, se aplica uma metodologia de pesquisa social que se orientou pela procura de estudos nacionais e internacionais, uso de fontes primárias e secundárias, e a análise de posição política sobre a questão amazônica nos BRICS, assim como no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025). Também, se situa como paradigma de investigação o explicativo-interpretativo porque se detalha e determina a implicância da questão amazônica na agenda dos BRICS e da XIV Plano Quinquenal da China. Em suma, os resultados que se encontraram nesta pesquisa permitem confirmar a hipótese geral de que a Amazônia é um elemento chave para a projeção geopolítica dos BRICS, assim como um fator relevante para a promoção do desenvolvimento verde e está inserido no interesse da China por fomentar projetos de desenvolvimento regional e diminuir o impacto das atividades produtivas que se associam às mudanças climáticas, especialmente às emissões de CO₂ além de assegurar a segurança energética e alimentar da China e dos países membros dos BRICS em curto e longo prazo.

Palavras-chave: Amazônia; BRICS; XIV Plano Quinquenal da China; Desenvolvimento Verde; Terceiro Mundo.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la cuestión amazónica en los BRICS y su impacto en la promoción de la economía verde en el XIV Plan Quinquenal de China (2021-2025). Así como describir el impacto e identificar las principales directrices del XIV Plan Quinquenal de China (2021-2025) vinculadas a la Amazonía y a la promoción del desarrollo verde y del área de interacción de los BRICS, así como establecer las implicaciones geopolíticas de la cuestión amazónica en los BRICS y en el XIV Plan Quinquenal de China. Por lo tanto, se aplica una metodología de investigación social que se guió por la búsqueda de estudios nacionales e internacionales, el uso de fuentes primarias y secundarias, y el análisis de la posición política sobre la cuestión amazónica en los BRICS, así como en el XIV Plan Quinquenal de China (2021-2025). Asimismo, se sitúa el paradigma de investigación explicativo-interpretativo porque se detalla y determina la implicación de la cuestión amazónica en la agenda del BRICS y del XIV Plan Quinquenal de China. En suma, los resultados encontrados en esta investigación permiten confirmar la hipótesis general de que la Amazonia es un elemento clave para la proyección geopolítica de los BRICS, así como un factor relevante para la promoción del desarrollo verde y se inserta en el interés de China para impulsar proyectos de desarrollo regional y disminuir el impacto de las actividades productivas que se asocian al cambio climático, especialmente las emisiones de CO₂ además de garantizar la seguridad energética y alimentaria de China y de los países miembros de los BRICS en el corto y largo plazo.

Palabras clave: Amazonía; BRICS; XIV Plan Quinquenal de China; Desarrollo Verde; Tercer Mundo

ABSTRACT

This paper aims to analyze the amazon issue in BRICS and its impact on the promotion of green economy in the XIV China's Quinquennial Plan (2021-2025). As well as to describe the impact and identify the main guidelines of China's XIV Quinquennial Plan (2021-2025) linked to the amazon and the promotion of green development and the BRICS interaction area, as well as to establish the geopolitical implications of the Amazonian issue in BRICS and in China's XIV Quinquennial Plan. Therefore, a social research methodology is applied that was guided by the search for national and international studies, use of primary and secondary sources, and the analysis of policy position on the amazon issue in BRICS as well as in China's XIV Quinquennial Plan (2021-2025). Also, the explanatory-interpretative research paradigm is established because the implication of the Amazonian issue in the BRICS and China's XIV Quinquennial Plan is detailed and determined. In sum, the results found in this research allow confirming the general hypothesis that the amazon is a key element for the geopolitical projection of the BRICS, as well as a relevant factor for the promotion of green development and is inserted in China's interest for fostering regional development projects and decreasing the impact of productive activities that are associated with climate change, especially CO₂ emissions besides ensuring the energy and food security of China and the BRICS member countries in the short and long term.

Key words: Amazon; BRICS; China's XIV Plan; Green Development; Third World.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Superfície da Amazônia segundo três critérios.....	46
--	----

LISTA DE FIGURA

Figura 1 – Amazônia Legal 2020 no Brasil.....	29
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR	Arranjo Contingentes de Reservas
BBC	<i>British Broadcasting Corporation</i>
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CARICOM	Comunidade do Caribe
CENTO	<i>Central Treaty Organisation</i>
COP	Conferência das Partes
G7	Grupo dos 7
GDV	Guia de Desenvolvimento Verde
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILAESp	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
LFLR	La Franja y La Ruta
MINAM	Ministério do Ambiente
NEPAD	<i>New Partnership for Africa's Development</i>
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCX	Cooperação de Xangai
ODA	<i>Official Development Assistance</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Pnuma/Otca	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente/Organização do Tratado de Cooperação Amazônico
SEATO	Organização do Tratado do Sul-este Asiático
TM	Terceiro Mundo
TIC's	Tecnologias da Informação e das Comunicações
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNFCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
USAID	<i>United States Agency for International Development, USAID</i>

Sumário

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1. PLANEAMENTO DE INVESTIGAÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AMAZÔNICA NOS BRICS E SEU IMPACTO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO VERDE NO XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA (2021-2025)-----	13
1.1. ANTECEDENTES DA PESQUISA	16
1.1.1. Estudos nacionais.....	16
1.1.2. Estudos internacionais.....	17
1.2. Justificativa da pesquisa.....	18
1.3. Problema da pesquisa.....	20
CAPÍTULO 2. O MULTILATERALISMO CHINÊS, BRICS, AMAZÔNIA, XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA(2021-2025) E O DESENVOLVIMENTO VERDE	21
2.1. Antecedentes do multilateralismo chinês e suas relações com América Latina: Reunião de Bandung e elementos de aproximação.....	21
2.2. Os BRICS.....	24
2.2.1. Brasil.....	25
2.2.2. Rússia.....	30
2.2.3. Índia.....	32
2.2.4. China.....	38
2.2.5. África do Sul.....	43
2.3. A Amazônia.....	45
2.3.1. Geografia da Amazônia.....	47
2.3.2. Geopolítica da Amazônia.....	49
2.4. A questão amazônica.....	56
2.5. XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025)	59
2.6. Promoção do desenvolvimento verde e a Guia do Desenvolvimento Verde (GDV)....	61
CAPÍTULO 3. UMA HIPÓTESE DOS IMPACTOS DA QUESTÃO AMAZÔNICA NO DESENVOLVIMENTO DA CHINA E OS BRICS	63
3.1. Hipótese Geral dos impactos da questão amazônica no desenvolvimento da China e os BRICS.....	63
3.2. A Amazônia e os BRICS.....	64

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	69

INTRODUÇÃO

Neste trabalho se analisa a questão amazônica nos BRICS e seu impacto na promoção da economia verde no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025). Neste sentido, a hipótese geral de pesquisa é a seguinte: a questão amazônica está considerada nos planos de ação dos BRICS e no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) como um elemento chave para a promoção do desenvolvimento verde. Assim mesmo, se explicita que existe uma estrutura que toma em conta a Amazônia no plano de ação dos BRICS e no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) como um elemento chave para a promoção do desenvolvimento verde.

Neste sentido, se descreve o impacto da questão amazônica na promoção da economia verde, se identifica as principais diretrizes do XIV Plano Quinquenal (2021-2025) da China vinculados à Amazônia e a promoção do desenvolvimento verde e à área de interação dos BRICS; além disso, se estabelece as implicações geopolíticas da questão amazônica nos BRICS e o XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) na promoção do desenvolvimento verde.

Portanto, neste trabalho se toma em conta o processo de investigação social que se entende com o fato de “obter conhecimentos da realidade sobre a qual se vai atuar em função de propósitos e objetivos práticos” (ANDER-EGG, 2011, p.23). Assim, se reconhece o objeto de investigação, seu contexto e o conjunto de relações que se dão entre eles. Portanto, “se admite a possibilidade de ter um conhecimento dos métodos, técnicas e procedimentos adequados para os propósitos” (ANDER-EGG, 2011, p.24) da investigação.

Assim sendo, se segue um diagrama do processo de investigação social que inicia com a delimitação do problema de pesquisa, a elaboração de um desenho de investigação, formulação de hipótese, recopilação de dados, interpretação da realidade do objeto estudado, organização dos dados, análise e interpretação, apresentação dos resultados do estudo, e considerações de novos problemas ou oportunidade de pesquisas futuras. Desta forma, se determina a conotação prática da investigação e se compreende que “a investigação social é o processo que, utilizando o método científico, permite obter novos conhecimentos no campo da realidade social o bem estudar uma situação para diagnosticar necessidades e problemas a efeitos de aplicar os conhecimentos com fines práticos” (ANDER-EGG, 2011, p.25) futuros. Mas sempre tomando em conta o comportamento dos agentes que interatuam dentro da estrutura social, os Estados e os interesses que se vinculam à questão amazônica.

Em adição, esta pesquisa está orientada pelo paradigma explicativo-interpretativo porque se pretende reduzir a subjetividade individual, mas sem eliminar de fato a incidência da realidade nos fatos analisados, assim como “provar uma hipótese e buscar que as conclusões levem à formulação de leis ou princípios científicos” (BERNAL, 2010, p.115). Neste caso, do tipo de formulação social. Também, se procura interpretar as informações sobre o objeto de estudo; portanto, o nível de interpretação é explicativo porque se “tem uma maior profundidade e melhor precisão conceitual” (ANDER-EGG, 2011, p.26).

Neste sentido, a escala de pesquisa é interestatal porque se estudam aos Estados participantes dos BRICS e as zonas de interação relacionadas à questão amazônica, e a finalidade da pesquisa é pura porque “tem o propósito de ampliar o corpo de conhecimento” (ANDER-EGG, 2011, p.26) e o alcance temporal é sincrônico porque “estuda o estado ou situação de algo num momento determinado” (ANDER-EGG, 2011, p.26). Por conseguinte, se utilizam fontes principais e secundárias.

Assim mesmo, o enfoque de pesquisa é qualitativo porque se utiliza “a recolocção de dados sem medição numérica para descobrir ou afinar perguntas de pesquisa que pode ou não comprovar hipóteses em seu processo de interpretação” (SAMPLIERI, 2003, p.11). Porém, nesta pesquisa sim se toma em conta uma hipótese de análise. Em suma, o enfoque de pesquisa qualitativo “consiste em caracterizar um fenômeno ou situação concreta indicando suas características mais peculiares ou diferenciadores” (ANDER-EGG, 2011, p.30). Por conseguinte, com esta pesquisa se coleta informação sobre a Amazônia, os BRICS, o XIV Plano Quinquenal (2021-2025) e o desenvolvimento verde através de um processo circular, indutivo e flexível que permitiram profundidade nas ideias e na interpretação dos resultados da pesquisa.

Nesta perspectiva, se realiza uma revisão bibliográfica devido a que com este processo se estrutura uma descrição do impacto da questão amazônica nos BRICS, e a implicância deste fator no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025). Da mesma forma, são consideradas as contribuições teóricas sobre os BRICS de Paulo Visentini, Gabriel Adam, Maíra Vieira, André Silva, Analúcia Pereira (2013) presentes em um estudo sobre os BRICS: as potências emergentes, China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul onde defende que os "cinco estados que compõem o grupo Brics foram identificados como as potências emergentes no início do século XXI, particularmente após a entrada da África do Sul" (VISENTINI, 2013, p. 7).

Também são utilizadas as contribuições do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais/Nerit, que define os perfis das potências emergentes que compõem o BRICS, além de manipular os principais relatórios associados à Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e o Fórum Diálogo IBAS com o propósito de ter uma implicação sólida das relações diplomáticas dos países envolvidos na busca pelo desenvolvimento e cooperação multilateral com forte incidência da questão amazônica como elemento crucial para a conservação da autonomia geopolítica e econômica.

Por outro lado, são empregados os estudos de Borges (2017) sobre as relações Sul-Sul e uma política externa independente no contexto contemporâneo, além do estudo sobre o Banco dos BRICS: institucionalidade e o papel da China no cenário latino-americano (BORGES, 2020); pois, dentro do XIV Plano Quinquenal da China, há uma preocupação marcante com o uso de capital para a promoção do desenvolvimento verde em diversos espaços de cooperação multilateral. Além disso, dada a “importância geopolítica da Amazônia devido à presença de recursos naturais como petróleo, gás, ouro, madeira, uma variedade de peixes e uma maravilha do mundo: o rio Amazonas” (FLORES, 2020, p. 76) é imprescindível o estudo da questão amazônica nos BRICS porque são economias emergentes que entendem e têm forte ligação com os princípios de Bandung que defendem o desenvolvimento econômico independente e a cooperação multilateral e o respeito aos direitos naturais, étnicos, econômicos, sociais, linguísticos e político dos povos.

Da mesma forma, o XIV Plano Quinquenal da República Popular da China é utilizado por meio de uma revisão das principais tarefas de 2021, enfatizando a tarefa número 8 para acelerar o desenvolvimento verde e de baixo carbono, e fortalecer a conservação ecológica que coloca a questão amazônica como elemento chave para o desenvolvimento da cooperação multilateral na área de interação dos BRICS.

Assim, o estudo da questão amazônica nos BRICS e o XIV Plano Quinquenal chinês para a promoção do desenvolvimento verde serão abordados por meio da busca de fontes primárias como as expostas no site oficial do Instituto Rio Branco, da Embaixada da Índia Mascate (Ministério das Relações Exteriores da Índia), o Ministério das Relações Exteriores da Federação Russa, o Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China e o Ministério das Relações Exteriores da África do Sul detalhando em seus relatórios econômicos e políticos a principais diretrizes da cooperação nos BRICS, bem como mostrar a importância da questão amazônica em seus planos de desenvolvimento econômico.

Em suma, são aproveitadas fontes secundárias por meio de elementos audiovisuais que apresentam a implicação da questão amazônica nos BRICS, bem como no XIV Plano Quinquenal da China para o desenvolvimento verde presente em suas reuniões de cooperação com o objetivo de realizar uma triangulação de dados para mostrar o trabalho dos agentes participantes desta pesquisa, representados nas principais lideranças dos membros do BRICS.

Portanto, as considerações teórico-metodológicas respondem à necessidade de concretizar o objetivo principal desta pesquisa atribuída e orientada a analisar a questão amazônica nos BRICS e o XIV Plano Quinquenal da China para a promoção do desenvolvimento verde. Assim, em princípio, delinea-se a importância do espírito de Bandung na percepção multilateral dos BRICS, detalhando-se os elementos que aproximaram esse grupo dos países da América Latina. Pois é importante entender como o multilateralismo chinês, inspirado na política externa de Zhou EnLai, influencia diretamente no tipo de relações internacionais que a RPCh estabelece com os BRICS e os países latino-americanos que têm presença na Amazônia.

Por conseguinte, se trabalha com os BRICS, a Amazônia, XIV Quinquenal da China (2021-2025) e desenvolvimento verde como categorias de análise da implicância amazônica das interações internacionais. Neste sentido, no capítulo 1 desta pesquisa se estabelece o planejamento de investigação para o estudo da questão amazônica nos BRICS e seu impacto na promoção do desenvolvimento verde no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025)

No capítulo 2 se aborda o multilateralismo chinês, BRICS, Amazônia, XIV Plano Quinquenal da China e o desenvolvimento verde. Em adição, no capítulo 3 se descreve os possíveis impactos da questão amazônica no desenvolvimento da China e dos BRICS e, finalmente, se apresenta as considerações finais do trabalho de conclusão de curso que considera a Amazônia como um elemento chave para o posicionamento geoestratégico e geopolítico dos BRICS e a China em contraposição dos interesses hegemônicos dos Estados Unidos de América, assim como um fator relevante para o fomento do desenvolvimento verde e a consecução dos objetivos da China por aplicar projetos que levem à aplicação do seu plano de desenvolvimento descrito no seu XIV Plano Quinquenal (2021-2025) intrinsecamente ligado as mudanças climáticas.

CAPÍTULO 1. PLANEAMENTO DE INVESTIGAÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AMAZÔNICA NOS BRICS E SEU IMPACTO NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO VERDE NO XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA (2021-2025)

1.1. Alguns estudos sobre os BRICS

Nesta parte da pesquisa se menciona os antecedentes nacionais e internacionais que permitiram estruturar a modo de hipótese a relação da Amazônia como a China e os BRICS e seus possíveis impactos no desenvolvimento da economia verde. Neste sentido, se apresentam três estudos nacionais e dois internacionais sobre temas relacionados com a Amazônia, os BRICS, a China e o XVI Plano Quinquenal (2021-2025) que logo da pesquisa bibliográfica se encaixaram nos objetivos desta pesquisa. Por tanto, se apresentam estudos tanto do âmbito brasileiro como internacional dado que o objeto de estudo das pesquisas descritas a continuação também tem a China, à Amazônia e o desenvolvimento verde como elementos chave de investigação.

1.1.1. Estudos nacionais

Neste trabalho se utiliza como um estudo nacional a tese de doutorado de Bernardo Salgado Rodrigues da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-americana (2001-2016). Assim considera-se a contribuição do autor devido a que na sua pesquisa “a partir de um levantamento qualitativo em termos geopolíticos, desenvolvimentistas e integracionistas, a Amazônia Sul-americana é utilizada como estudo de caso com o objetivo de demonstrar a influência da expansão de potências estrangeiras, a competição pelos recursos naturais estratégicos (...)” (RODRIGUES, 2020, p.8) e como elemento vital para a criação de um plano de autonomia e desenvolvimento geoeconômico. Por conseguinte, utiliza-se a contribuição deste pesquisador dado que coloca como fonte de estudo à Amazônia no âmbito brasileiro, a partir de uma mirada qualitativa, assim como componente vital para a competição hegemônica entre a China e os Estados Unidos de América em relação à apropriação de recursos naturais.

Por outro lado, se considera o aporte de Klei Pando Medeiros do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas-UNESP. UNICAMP e PUC-SP da sua tese de doutorado intitulado Compreendendo o grupo BRICS na sua trajetória: condições sistêmicas e composição de interesses (MEDEIROS, 2021). Deste autor se

destaca a caracterização dos períodos da trajetória dos BRICS que são três: origem e construção de uma agenda comum entre os BRICS (2006-2010), agenda securitária e avanço da cooperação financeira no BRICS (2010-2014) e mudanças domésticas, projetos divergentes e política de poder no BRICS (2014-2020).

Também, a contribuição de Augusto Leal Rinaldi da Universidade de São Paulo da sua tese intitulada BRICS: alinhamento estratégico e *soft balancing* se vincula com o estudo dos BRICS como uma oportunidade para o avanço teórico-conceitual dos interesses estratégicos dos países emergentes, devido a que “os resultados desta tese sugerem que o BRICS pode ser considerado um alinhamento estratégico entre potências emergentes e que a principal estratégia de atuação internacional que tem recorrido para defender seus interesses centrais são instrumentos de *soft balancing*” (RINALDI, 2020, p.8). Os autores mencionados anteriormente brindam informação sobre o interesse da China na Amazônia e colocam à Amazônia como objeto de estudo no âmbito das relações internacionais. Por isso, segundo a pesquisa bibliográfica foram escolhidos dados que se concatenam com os objetivos desta pesquisa.

1.1.2. Estudos internacionais

Nesta parte do trabalho, se coleta a contribuição da tese doutoral de Quan Zhou da Universidade Complutense de Madrid intitulada *Impacto de la reestructuración económica de China desde el periodismo profesional. Análisis de la cooperación comercial chino-latinoamericana* relacionada aos aspectos econômicos e sociais que apareceram “a partir da transição hegemônica, assim como expor os propósitos até os campos econômicos novos através da análise dos sintomas e as realidades econômicas que perseguem explodir o novo mercado e influir no exterior” (ZHOU, 2018, p.28). Portanto, a importância do discurso político e econômico é imprescindível para conhecer holisticamente o fenômeno complexo de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso: a questão amazônica nos BRICS e seu impacto na promoção do desenvolvimento verde no XIV Plano Quinquenal da China. Em adição, se toma em conta o trabalho de dissertação de Bibiana Katherine Cuéllar Castro da Universidade Militar Nueva Granada intitulado *La inserción de China en América Latina: discurso oficial y relaciones político-comerciales de China con Colombia, Chile y Brasil*. Assim, se considera o argumento de que existem laços de cooperação econômica e comercial de longo prazo orientadas principalmente aos negócios com países emergentes.

1.2. Justificativa da pesquisa

A pesquisa sobre o papel da República Popular da China nas interações internacionais nos últimos cinco anos é variada, embora após a delimitação do XIV Plano Quinquenal (2021-2025), o desenvolvimento econômico verde esteja se estruturando como elemento-chave para influenciar interações internacionais, especialmente no que diz respeito à importância da Amazônia como elemento fundamental para a conservação da vida em nosso planeta. Por isso, no quadro da cooperação multilateral que existe entre os BRICS e com uma liderança, apesar de em declínio, do Brasil, a questão amazônica ainda é uma questão que precisa ser resolvida; pois, o desenvolvimento verde sublinha um fato de conservação e não necessariamente de assistência global.

Nesse caso, o impacto da questão amazônica nos BRICS está relacionado às mudanças climáticas sob uma perspectiva de desenvolvimento sistêmico e cooperação multilateral. Portanto, a participação da República Popular da China nas ações de proteção da Amazônia e dos recursos que estão envolvidos no desenvolvimento produtivo de seus povos está intimamente relacionada à segurança energética do XIV Plano Quinquenal da China, especificado em sua oitava tarefa de promover o desenvolvimento verde.

Por isso, o estudo da questão amazônica nos BRICS e no XIV Plano Quinquenal da China inclui uma abordagem dos interesses produtivos e da segurança energética, bem como da questão geoestratégica que se situa na proteção dos recursos que serão essenciais para o futuro e o desenvolvimento da humanidade. Nesse sentido, analisar a questão amazônica no BRICS responde a uma necessidade de apresentar os principais interesses da República Popular da China em espaços de interação econômica e geopolítica, além de garantir a existência de uma Agenda Verde de Cooperação para o Desenvolvimento na delimitação do BRICS Objetivos de ação.

Desta forma, a liderança da República Popular da China é levada em consideração; pois, esta nação em seu XIV Plano Quinquenal ratifica seu interesse em defender o desenvolvimento econômico associado à proteção ambiental, embora essa situação envolva cooperação com os países dos BRICS, bem como outros que formam o espaço geográfico amazônico que inclui o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru, o Suriname e a Venezuela.

Nesse sentido, investigar a questão da Amazônia no âmbito dos BRICS e do Plano Quinquenal da China sugere a descrição do papel da Amazônia nas relações internacionais,

a identificação das principais diretrizes e o estabelecimento das implicações geopolíticas e geoeconômicas que levam à República Popular da China (RPCh) a considerar a questão amazônica em suas interações multilaterais, especialmente no espaço de influência dos BRICS. Por isso, este trabalho de pesquisa tem como elemento chave conhecer o alcance da questão amazônica nas interações econômicas nos BRICS e sua projeção no XIV Plano Quinquenal da China, especificamente no desenvolvimento verde através da demarcação hipotética dela.

No entanto, o problema de investigação está centrado no fato de que existem estudos anteriores sobre a questão amazônica apenas como elemento de exploração de recursos dentro das interações dos BRICS, além do fato de que a RPCh ser voltada apenas para investimentos, projetos de infraestrutura e exploração de recursos naturais que atendam às necessidades de seu mercado interno por meio de matérias-primas. Portanto, diagnosticar se a questão amazônica está sendo considerada nas interações internacionais nos BRICS, bem como se o XIV Quinquenal da China representa uma nova forma de delimitação geopolítica da China dentro do espaço de influência dos BRICS, é essencial para entender a responsabilidade climática no comércio e nas relações multilaterais dos países emergentes.

Embora deva ser observado que esta pesquisa não considera o tema do desenvolvimento sustentável; pois, o desenvolvimento verde que é proposto no XIV Plano Quinquenal da China rompe com o foco do discurso global alinhado apenas à redução do impacto do CO₂ no planeta e ao que Carrasco (2006) chama de máfia verde: ambientalismo ao serviço governamental mundial fortemente liderado pelos Estados Unidos da América. Assim, a importância da pesquisa está voltada para a questão amazônica como elemento chave do desenvolvimento verde, não apenas por questões políticas, mas porque promove a integração de todas as comunidades vinculadas à Amazônia e o intercâmbio econômico na área de interação dos BRICS.

Em suma, o estudo da questão amazônica nos BRICS e o XIV Plano Quinquenal da China responde à necessidade de expor os principais elementos de conservação ambiental dentro das interações econômicas estabelecidas pela RPCh que supõe a concretização da 8^{va} tarefa sobre acelerar o desenvolvimento verde e de baixo carbono e fortalecer a conservação ecológica.

1.3. Problema de investigação

Os estudos sobre a Amazônia como um elemento chave para o desenvolvimento econômico estão associados ao mito do extrativismo como única alternativa de crescimento e a problematização do impacto das atividades humanas no equilíbrio ecológico. Porém, esquece-se; às vezes, a importância geopolítica e geoeconômica que tem para América Latina não só pela segurança energética, senão alimentaria e política; assim como é essencial para a autonomia e a luta contra-hegemônica. Assim sendo, as pesquisas sobre a Amazônia na área de interação dos BRICS e no XIV Plano Quinquenal (2021-2025) da China são escassas ou se enfocam no intercambio de mercadorias e no investimento em infraestrutura energética e de transportes e comunicações.

Por conseguinte, a pergunta de pesquisa é a seguinte: A Amazônia é um objeto de análise que impacta na formulação de planos de desenvolvimento verde na China e na área de interação dos BRICS?

CAPÍTULO 2. O MULTILATERALISMO CHINÊS, BRICS, AMAZÔNIA, XIV PLANO QUINQUENAL DA CHINA (2021-2025) E O DESENVOLVIMENTO VERDE

Neste capítulo, se detalha os antecedentes do multilateralismo chinês que está vinculado à procura de uma reestruturação das relações internacionais dentro das complexas interações entre os Estados, principalmente entre aqueles que tentam se posicionar como hegemônicos no sistema internacional.

Portanto, os países com projeções de desenvolvimento econômico como os BRICS são imprescindíveis para compreender a capacidade de resposta dos países emergentes dentro do sistema econômico internacional.

Assim, com a participação da China nos BRICS e sua projeção econômica em espaços de interação amazônica, especialmente em zonas de exploração de recursos naturais: floresta amazônica, água doce, e terras raras. Esta pesquisa descreve o XIV Plano Quinquenal e o objetivo em questão ambiental do país asiático e seu programa de desenvolvimento verde.

2.1. Antecedentes do multilateralismo chinês e suas relações com América Latina: Reunião de Bandung e elementos de aproximação

Bandung foi uma conferência internacional das nações contra-hegemônicas, realizada entre 18 e 24 de abril de 1955 na capital da Ilha de Java, na Indonésia, esse encontro pode ser descrito como um evento histórico sem precedentes. Os governos do mundo industrializado ocidental, vistos como um conjunto de nações diversas, muitas delas ex-apêndices coloniais, sentaram-se para discutir sua situação no sistema internacional.

As nações reunidas em Bandung agrupavam mais da metade da população mundial da época, povos esses que haviam sofrido a investida dos desígnios do chamado "primeiro mundo". Povos que em tempos remotos foram altas civilizações que o Ocidente olhava com inveja, como fez Alexandre o Grande na Mesopotâmia.

Foram dois os elementos principais que deram origem a este encontro. O primeiro nasceu no marco da nova Ordem Mundial do Pós-Segunda Guerra Mundial (HOBSEAWM, 1995), uma vez que a maioria desses Estados estava incorporada à vida independente e ao sistema internacional, notaram algumas falhas na Carta das Nações Unidas onde se discutia o ponto de autodeterminação dos povos que não abordaram a questão colonial. Assim, as reuniões em Teerã e Moscou que antecederam a redação da carta da ONU onde

abeirar-se a questão colonial nos continentes africano e asiático.

Os britânicos, com seu serviço diplomático, garantiram que suas posses imperiais não fossem tocadas, e na construção dessa nova ordem (HOBSBAWM, 1995) que nasceu em São Francisco, marcou a plena construção de um mundo governado por superpotências e os britânicos preservaram seus domínios com a “Declaração sobre territórios não autônomos”. Este parágrafo não incluía a questão da descolonização, que protegia os interesses imperiais.

Os esforços interpretativos para dar a essa declaração uma visão de autodeterminação dos povos foi patrocinada por muitas nações latino-americanas. Os estados asiáticos e africanos, na conferência, apontaram que houve um atraso nos processos de descolonização na Indochina, Malásia, Norte de África, Zimbabué, Congo e grande parte da África central e equatorial, territórios que apenas alcançaram o estatuto de independência nos anos sessenta.

O segundo motivo que expressou o descontentamento de africanos e asiáticos, foi o baixo grau de influência que essas nações tiveram na nova organização internacional, a questão do poder de voto das grandes potências foi um tema importante porque reduziu essa arquitetura internacional nos estados de primeiro nível e segunda classe. A carta e as questões do conselho de segurança foram confrontadas dando poder adicional às questões de segurança. Por outro lado, as críticas também se estenderam ao sistema monetário internacional, já que as mesmas nações o organizaram em benefício de seus próprios interesses globais, deixando as nações que atenderam Bandung em situação de órfãos.

Nas palavras do embaixador chileno da época Hernán Santa Cruz:

Bandung também me impressionou. Sobretudo pela rapidez com que ocorreu é a conjunção de grandes figuras que na época pesavam muito na vida internacional, que deram um impulso violento à descolonização. Ele aguarda a evolução porque até muito recentemente esteve profundamente envolvido nos problemas que Bandung abordou, como Embaixador do Chile nas Nações Unidas entre 1952-1955, quando lidei com a questão racial na África do Sul. (SANTA CRUZ, 1988, p.76).

Os estadistas dos países participantes de Bandung reagiram fortemente a essa arquitetura internacional que se mostrava deficiente com os países do terceiro mundo. Essas condições desfavoráveis criaram uma janela de oportunidade para que os povos ainda oprimidos pudessem alcançar sua independência.

Os principais esforços de homens como os primeiros-ministros, Sukarno, Nehru, Kotelawaba, foram decisivos para que a conferência acontecesse. Isto fica evidente na "Declaração de Colombo". Aqui, eles denunciaram que a continuação do colonialismo

constituía uma violação dos direitos humanos fundamentais. Assim, além disso, não se manifestaram a favor ou contra a luta dicotômica entre o mundo socialista e capitalista, defendendo a autodeterminação, pontos que seriam aprofundados em Bandung.

Os esforços e reclamações das nações de Bandung foram bem recebidos, muitos dos interesses das nações africanas e asiáticas foram aspirações históricas das nações latino-americanas que tiveram mais de 150 anos de vida independente, mas viviam em condições de subdesenvolvimento. Os Estados latino-americanos mostraram graus de simpatia pelas diversas causas da independência e aderiram às críticas à arquitetura financeira mundial.

Há três elementos-chave que Bandung entregou: o primeiro foi à união entre as nações africanas e asiáticas que alertaram para as condições de injustiça em que essa nova ordem internacional havia sido forjada e suas propostas foram colocadas na mesa diante das posições imperialistas das superpotências. A segunda, é que Bandung incluiu que os problemas de desenvolvimento só poderiam ser resolvidos do ponto de vista da cooperação internacional e que as nações menos favorecidas deveriam alcançar certo poder econômico que lhes permitisse entrar no comércio internacional. Esse ponto ajudou a estreitar os laços com a América Latina, que havia afirmado que a questão do desenvolvimento era fundamental. O terceiro elemento que pode ser acrescentado a esta questão foi a contribuição para o movimento futuro dos países não alinhados.

Nesse sentido, o movimento de Bandung foi tão crucial que despertou a América Latina, que assim como a Ásia e a África, foram marcadas pelo colonialismo que mesmo após a independência de vários estados, ficaram presos ao comércio centralizado; pois, “nesse esquema, a América Latina, como parte da periferia da economia mundial, tinha o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais” (PREBISCH, 1949).

Esta situação, juntamente com o descontentamento com o seu papel internacional, permitiu à América Latina aproximar-se dos Estados pertencentes a Bandung, através da cooperação comercial baseada em acordos de integração regional que tinham por objetivo fortalecer as estruturas económicas, políticas e sociais no quadro de um reforço do entendimento mútuo. Essa cooperação proporcionou aos estados asiáticos e africanos certa autonomia internacional, visto que, ao poderem competir, juntos, no cenário internacional, somado ao apoio da América Latina, constituíam uma possibilidade de autonomia política e econômica. Em suma, mostraram um caminho possível para a integração das regiões menos “favorecidas” pelo comércio internacional, lideradas apenas

por potências hegemônicas que lutam para se apropriar da maioria dos espaços de interação econômica.

Dessa forma, os países participantes do encontro de Bandung estabeleceram as bases da cooperação entre as nações “menos favorecidas” no sistema internacional, demonstrando às potências hegemônicas que os países considerados por eles “subdesenvolvidos” estão buscando ativamente alternativas de colaboração simétrica com a estruturação de valores de igualdade e desenvolvimento conjunto.

2.2. Os BRICS

Os BRICS estão associados a uma sigla que representa Brasil, Rússia, Índia e China que foi utilizada pela primeira vez pelo *Goldman Sachs Investment Bank* em 2001, pois propunha um estudo detalhado sobre os principais países que poderiam alcançar a governança global e uma reforma estrutural do mesmo não só orientada para o atual unilateralismo e a monotonia hegemônica dos Estados Unidos da América, embora em 2001 eles se tornassem os BRICS com a participação da África do Sul.

Em suma, os BRICS buscam “reformas nas instituições de Bretton Woods, mas, diante de obstáculos, foi reformulado e aprofundado, culminando na proposta de criação de suas próprias instituições financeiras, incluindo o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)” (BORGES e NAGUAL, 2020, p.17).

Os BRICS, como aponta Visentini (2013), implicam o seguinte:

As mudanças no sistema mundial com a instabilidade financeira afetaram os mercados do sul, que submergiram, a partir da redução do crescimento econômico na OCDE e seu crescente aumento nos BRICS, que se baseia no mercado potencial e na produção. Esses países se tornariam potências econômicas com o volume do PIB superando os do Norte ainda na primeira metade do século XXI. E então muitos analistas identificaram imediatamente um paralelo virtual de poder político-militar a ser desenvolvido. A sigla representava publicidade gratuita para os quatro membros iniciais, mas que foi assumida por eles e ganhou dimensão política com o advento da crise mundial iniciada em 2008 e com a entrada da África do Sul (VISENTINI, 2013, p. 8).

Dessa forma, os BRICS estabelecem uma referência clara dos objetivos da cooperação internacional multilateral, assim Visentini (2013) indica que esse grupo gerou uma agenda e um fato político como potências emergentes, assim a questão amazônica também participa como elemento chave para o desenvolvimento desses países. Assim, “os BRICS eram vistos como elementos positivos do crescimento mundial” (VISENTINI, 2013, p. 9). Por outro lado, estão interessados em serem membros permanentes dos dirigentes

associados ao Conselho de Segurança da ONU, “além de terem certo volume de território, população e PIB, têm um forte impacto regional e um projeto nacional relativamente autônomo” (VISENTINI, 2013, p. 9), onde a questão amazônica é vital para a discussão do espaço verde no planeta. Por conseguinte, nos seguintes parágrafos se descreveram as características e interesses dos países dos BRICS.

2.2.1. Brasil

Nesta parte do trabalho se define a posição do Brasil, relacionada à questão amazônica, os interesses associados à proteção ambiental e à promoção das relações Sul-Sul, e se fundamenta a importância da Amazônia como um elemento vital para o desenvolvimento econômico e o fortalecimento dos Estados participantes nos BRICS.

Assim sendo, a posição do Brasil como país emergente não é uma novidade. Porém, ainda existem mudanças político-econômicas que estruturam uma complexa rede de dificuldades como a falta de um plano nacional a longo prazo que não seja afetado pelas mudanças de regimes políticos.

Portanto, existe um interesse da República Federativa do Brasil de se posicionar como um elemento chave das mudanças internacionais num mundo liderado por hegemonias nacionais consideradas “avançadas” pelo seu poderio militar, tecnológico e sua influência dentro do mercado internacional. Por conseguinte, “a recuperação do núcleo central da economia nacional constitui um eixo básico para enfrentar os desafios externos e internos de desenvolvimento e atenua a dependência externa” (SILVA, 2013, p.124). Neste sentido, a posição internacional do Brasil exige uma política externa dinâmica onde as decisões políticas convergem com o crescimento econômico e a diversificação produtiva.

Porém, “os principais desafios da política externa surgem da ação de outros estados sobre o qual o Brasil tem de se manifestar, das grandes forças internacionais e transnacionais e, principalmente, na capacidade de uma formulação autônoma de iniciativas políticas” (GUIMARÃES, 1999, p. 144-145). Por conseguinte, a política externa brasileira desde a articulação dos BRIC em junho de 2009 em Ekaterinburgo na I Reunião de Cúpula do Grupo BRIC, orientou-se ao fortalecimento de alianças estratégicas com potências econômicas emergentes, além do fortalecimento da multipolaridade e da democratização das “instâncias decisórias da política mundial” (SILVA, 2013, p.136).

Neste sentido, como parte dos BRICS ao fomentar a participação da África do Sul, o Brasil reforçou agendas voltadas ao desenvolvimento e a cooperação Sul-Sul. Também,

logo das consequentes reuniões de cúpula acontecidas em 2010 e 2011, no Brasil e Sanya na China, respectivamente, a temática ambiental se apresentou como um elemento chave para o desenvolvimento e o compromisso dos Estados participantes nos BRICS com a proteção o planeta. Por conseguinte, “o Basic é o grupo fundado, em 2009, por Brasil, África do Sul, Índia e China para discutir as mudanças climáticas. Sua criação ocorreu durante a 15ª Convenção das Partes, COP 15 da Organização das Nações Unidas” (SILVA, 2013, p.137).

O grupo foi o resultado das exigências dos países centrais para lutar conjuntamente contra as emissões de gases estufa. Desta forma, “os países em desenvolvimento exigem apoio econômico para cumprir metas de redução de poluentes e países desenvolvidos recusam se comprometer com uma cota maior para redução dos poluentes” (HALLDING et al., 2011).

Assim, a proteção ambiental implica uma complexa compreensão da realidade amazônica no caso brasileiro, porque não só se tem que analisar a capacidade de desenvolvimento senão o impacto que as atividades humanas têm na natureza, especialmente na Amazônia. Por conseguinte, tanto o Brasil como os BRICS “são órgãos vitais para a real implantação do desenvolvimento sustentável” (GOMES, SILVA, 2017, p.346) porque existe um trabalho conjunto que “tende a contribuir imensamente para a mudança progressiva de práticas que não sejam mais ambientalmente válidas, considerando-se que sejam adotadas medidas rígidas em relação à extração de bens naturais e a produção poluidora” (GOMES, SILVA, 2017, p.346).

Portanto, o Grupo Basic: Brasil, África do Sul, Índia e China, mas especialmente a posição brasileira em relação ao cuidado ambiental, busca “influenciar o G-77, grupo de países em desenvolvimento para pressionar os países desenvolvidos nas conferências sobre meio ambiente” (SILVA, 2013, p.137). Desta forma, o Basic tenta comprometer a todos os países na proteção ambiental “na agenda das conferências e articular as demandas ambientais com a necessidade de desenvolvimento dos países” (SILVA, 2013, p.137).

Por outro lado, o aspecto econômico está vinculado intrinsecamente com a proteção ambiental, especialmente da Amazônia no caso brasileiro. Por isso, por iniciativa do ex-presidente brasileiro Ignácio Lula da Silva, em 2008 a Cúpula de Líderes do G-20 em Washington, existe uma preocupação por adicionar nas relações econômicas e sociais, e também ambientais, tanto a países desenvolvidos e emergentes, numa estrutura de responsabilidades compartilhadas. Desta forma, no governo do ex-presidente Lula se

“realizou uma inflexão, amparada nas mudanças paradigmáticas ocorridas na política externa brasileira na última década” (SILVA, 2013, p.137). Por isso, o diálogo com os Estados Unidos de América foi estratégico, “no entanto, essas relações não afastam a perspectiva de dificuldades nas relações entre os dois países” (SILVA, 2013, p.137), devido a que a questão de proteção ambiental e de soberania da Amazônia foi um tema vital para a autonomia econômica e ecológica do Brasil.

Desta forma, o Brasil durante o governo Lula motivou uma política externa autônoma diferente ao dos Estados Unidos de América, assim os temas ambientais se orientaram ao reclamo e ao fomento das responsabilidades compartilhadas e não só ao pago econômico dos desastres ambientais causados pelas indústrias dos países desenvolvidos e as fragilidades ecológicas causadas pelo impacto das emissões de CO₂.

Em contraste, ao liderar como presidente da República Federativa do Brasil, o ex-militar Jair Bolsonaro, logo das queimadas acontecidas nos anos 2020, se observou uma mudança da política externa e da importância da Amazônia associadas aos interesses estadunidenses e a exploração dos recursos naturais para o fortalecimento das atividades do agronegócio. Esta situação criou um contexto de tensão entre as potências econômicas e o Brasil, assim a relação, por exemplo, do Brasil com a França se quebrou, devido a que o presidente francês Emmanuel Macron¹ considerou que as queimadas na Amazônia geraram uma crise internacional, o mesmo argumento apresentou o Secretário Geral das Nações Unidas António Guterres², ante o qual a resposta do presidente Jair Bolsonaro foi que a Amazônia é do Brasil e forma parte da sua soberania. Portanto, nenhum país deveria interferir nas interações internas do país.

Esta circunstância agravou-se quando o presidente Bolsonaro pediu uma audiência com Jean-Yves Le Drian, ministro de Relações Internacionais da França e logo cancelou a mesma para fazer um *live* nas redes sociais. E o resultado foi a ausência do Brasil no encontro do G7 e a presença do Chile como representante sul-americano. Um contexto que debilita a colaboração estabelecida com França durante o governo Lula porque inclusive “a França é uma das potências que defende o Brasil como membro permanente no Conselho de Segurança da ONU” (SILVA, 2013, p.139) e desde o 2009 é o oitavo parceiro do Brasil.

¹ Our house is burning. Literally. The Amazon rain forest - the lungs which produces 20% of our planet's oxygen - is on fire. It is an international crisis. Members of the G7 Summit, let's discuss this emergency first order in two days! (EURONEWS, 2019)

² I'm deeply concerned by the fires in the Amazon rainforest. In the midst of the global climate crisis, we cannot afford more damage to a major source of oxygen and biodiversity. The Amazon must be protected (NPR, 2019)

Então, a Amazônia se apresenta como um elemento essencial para a política externa brasileira, além de um fator chave para a projeção político-econômica da República Federativa nas dinâmicas de desenvolvimento verde, além de dinamizar o compromisso dos países do BRICS com os compromissos de eliminação do efeito estufa no mundo.

Desta forma, na 11ª Cúpula do BRICS, a questão amazônica é colocada como uma preocupação internacional, com ênfase no comportamento brasileiro em relação às terras indígenas e a mudança dos planos de exploração de reservas naturais. Uma situação que provoca a reavaliação da política externa brasileira atual em relação a temas de cuidado ambiental nas áreas de floresta amazônica. Na 11ª Cúpula do BRICS, a Declaração de Brasília em relação a temas ambientais focadas na soberania da Amazônia considera o seguinte:

8. Expressamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável em suas três dimensões - econômicas sociais e ambientais - de maneira equilibrada e integrada. Todos os nossos cidadãos, em todas as partes de nossos respectivos territórios, incluindo áreas remotas, merecem desfrutar plenamente dos benefícios do desenvolvimento sustentável. A cooperação internacional neste campo, como em todos os outros, deve respeitar a soberania nacional e os regulamentos e disposições legais e institucionais nacionais, bem como práticas e procedimentos.

9. Reiteramos a importância da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e pedimos esforços redobrados para sua oportuna implementação. Exortamos os países desenvolvidos a implementarem totalmente seus compromissos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) e a fornecerem aos países em desenvolvimento recursos adicionais para desenvolvimento.

10. Reiteramos nosso compromisso com a implementação do Acordo de Paris adotado sob os princípios da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), incluindo o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades, à luz das diferentes circunstâncias nacionais (BRICS, 2019).

Ao respeito, o oitavo ponto evidencia a importância da soberania nacional, e no caso brasileiro a Amazônia como um elemento vital para a autonomia estatal nas relações internacionais do país. Por outro lado, no nono ponto os BRICS têm o objetivo de programar políticas de desenvolvimento sustentável para cumprir com a Agenda 2030, mas está condicionada aos compromissos de Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA). Assim mesmo, é claro que o Brasil fomenta o comportamento internacional de responsabilidades comuns em relação ao impacto das atividades humanas no ambiente, assim como o respeito às circunstâncias nacionais próprias de cada um dos membros dos BRICS. Portanto, o Brasil está interessado em promover atividades econômicas na Amazônia, mas com a participação dos países dos BRICS através de investimentos diretos. Porém, existem certas reticências em relação a quanto impactaria as atividades humanas

a floresta amazônica e as comunidades indígenas.

Por conseguinte, a Amazônia é um fator imprescindível para o desenvolvimento econômico do Brasil e segundo a Lei 1.806 de 06/01/1953 e em relação ao artigo 2º da Lei Complementar n. 124 de 03.01.2007 a Amazônia Legal reúne mais da metade do território brasileiro e concentra nove estados e 772 municípios (ver figura 1), uma fato que serviu para o argumento do vice-presidente Hamilton Mourão em um fórum da *BandNews TV* ao defender que “não é suficiente apenas combater o desmatamento e outros crimes na região, mas que a Amazônia precisa ter um novo modelo de desenvolvimento, baseado em pesquisa, e que pode ser o novo polo da bioeconomia no mundo, mas para isso precisa de investimentos”(MOURÃO, 2020, p. 1).

Assim sendo, o Brasil procura atrair investimentos, respeitando as responsabilidades comuns em relação ao câmbio climático, dos países dos BRICS, vitalmente da China, Rússia e Índia para fomentar o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia.

Figura 1. Amazônia Legal 2020 no Brasil



Fonte: IBGE (2020)

Em suma, através do ponto 13 da Declaração de Brasília, o Brasil e os membros dos BRICS parabenizam a Cooperação Sul-Sul através da criação do Centro de Restauração Sustentável da Terra pela Índia para o controle do Programa de

Estabelecimento de Metas de Neutralidade da Degradação de Terras. Uma mostra do fortalecimento das relações Sul-Sul, não só orientados ao econômico senão à proteção de terras como fator para o desenvolvimento de interações comerciais em longo prazo que visem a segurança territorial e alimentar. Portanto, a posição brasileira desde a formação dos BRICS se orientou a promover o seguinte (SILVA, 2013):

- Respeito à multipolaridade
- Desenvolvimento sustentável
- Cooperação Sul-Sul
- Integração econômica
- Soberania nacional
- Questão ambiental

Em resumo, no caso brasileiro a questão amazônica está intrinsecamente vinculada com o desenvolvimento econômico do país, assim como incide nas suas relações com os outros membros dos BRICS, especialmente em temas vinculados com o desenvolvimento sustentável, a Agenda 2030, diminuição do desmatamento, proteção de terras, cooperação Sul-Sul e respeito à soberania nacional.

2.2.2. Rússia

Neste apartado, se define a posição da Rússia em relação a temas vinculados aos interesses dos BRICS e a questão amazônica. Por conseguinte, só se foca a descrição no comportamento da Federação Russa durante o mandato do presidente Vladimir Putin.

Neste sentido, Putin eleito no ano 2000 logo de receber a um país com complexas reformas estruturais, estabeleceu dois objetivos “intrinsecamente ligados: no plano doméstico a meta era a reconstrução do Estado, e no plano externo a Federação Russa deveria tomar seu papel de grande potência” (ADAM, 2013, p.46). Por conseguinte, na administração do presidente Putin se estruturou as seguintes medidas para fortalecer o âmbito doméstico e internacional da Rússia:

- Afastamento das oligarquias contrárias às medidas estatais
- Fortalecimento do Parlamento e coordenações com seus membros e posterior liderança dos congressistas com afinidade ao governo
- Alterações das normas constitucionais
- Fomento da multipolaridade

- Fomento da democratização
- Democracia contraposta à visão ocidental

Desta forma, “um dos principais objetivos de Vladimir Putin ao chegar ao poder na Rússia era o de devolver ao país seu prestígio de potência global que havia se perdido junto com a desintegração da União Soviética” (ALBUQUERQUE, 2020, p.33). Por conseguinte, tentou estruturar redes de conexões em espaços onde se fortaleciam economias emergentes, o caso dos BRICS. Assim, se evidenciou o interesse russo de contrapor a hegemonia estadunidense e sua expansão territorial apresentando a possibilidade de cooperação diversificada com economias desenvolvidas e com capacidade de segurança regional. Por conseguinte, não foi estranha a visita do presidente Putin nos anos 2003 e 2004 a México, ao Chile e ao Brasil, países estratégicos na liderança sul-americana.

Porém, inicialmente a cooperação da Rússia se orientou ao ambiente militar, mas a estruturação de uma colaboração eficaz no âmbito econômico serviu como fator essencial para a promoção e desenvolvimento de projetos de proteção da soberania nacional dos países participantes dos BRICS, assim como da projeção internacional tanto do Brasil e da Rússia como países emergentes e potências, respectivamente. Por conseguinte, “a maioria dos países BRICS segue a linha de não aceitação de violação de sua própria soberania nacional e autonomia, o que seria determinado pelo fato de que nenhum deles está preparado para colocar limitações impostas pelos países ocidentais em suas agendas e decisões políticas” (PANOVA, 2015, p.59).

Assim mesmo, a Rússia persegue o fortalecimento de políticas que visem a não interferência de outros países em temas internos. Por isso, “a Rússia se interessa em demonstrar, junto dos BRICS, os benefícios da diplomacia em rede, que evitaria os desincentivos políticos domésticos impostos por requisitos de condicionalidades, típicos de quase todas as instituições ocidentais” (ROBERTS, 2010, p.10).

Também, a Rússia está interessada em manter a zona de cooperação regional dos países do BRICS. Portanto, na Declaração de Brasília no ponto 37 incide na ideia de um crescimento econômico inovador, sustentável e inclusivo, que foi revisada durante a presidência da Rússia no ano 2020. Ao respeito, o interesse do Brasil de promover investimentos na Amazônia é validado pela cooperação econômica e comercial que existe nos BRICS, onde a Rússia mostra não só interesse econômico no espaço amazônico senão geoestratégico e energético.

Por isso, no ponto 56 da Declaração de Brasília a Rússia como membro do BRICS reconhece o papel ativo da energia na promoção de um desenvolvimento socioeconômico equilibrado com uma forte incidência da proteção ambiental, focando como imprescindível o direito soberano que cada país tem no seu território. Aí, aparece implicitamente a importância da Amazônia como um fator vital para a autonomia dos países sul-americanos e a proteção energética e alimentar dos BRICS.

Ao respeito, a Declaração de Brasília expressa o seguinte:

66. Saudamos os resultados da 9ª Reunião de Ministros da Agricultura do BRICS. Na condição de líderes mundiais na produção de produtos agrícolas e lar de grandes populações, destacamos a importância da cooperação do BRICS na agricultura. Reconhecemos a importância da agricultura de bases científicas e do uso de TIC's para essa finalidade. Sublinhamos a necessidade de garantir segurança alimentar, qualidade sanitária dos alimentos, combater a desnutrição, eliminar a fome e a pobreza por meio do aumento da produção agrícola, da produtividade, da gestão sustentável dos recursos naturais e do comércio agrícola entre os países do BRICS (BRICS, 2019).

Desta forma, fica evidente que a Rússia como membro dos BRICS está interessada em fortalecer seus vínculos com países emergentes em espaços associados à agricultura e a segurança alimentar, assim como garantir a proteção de recursos naturais vitais, e a Amazônia com a presença do Brasil nos BRICS que procura investimentos para o desenvolvimento responsável em zonas periféricas, tem na Rússia o principal sócio estratégico junto à China para programas de agronegócio.

Além disso, a Guerra da Ucrânia é um exemplo do papel da Rússia nas interações internacionais e no âmbito alimentar porque é a nação junto à Ucrânia que mais cereais, gás e petróleo, exportam ao mundo. Assim, sua participação nos BRICS apresenta uma opção para a mudança da dependência estrutural e geopolítica frente aos EUA através do estabelecimento de segurança alimentar e energética, onde a Amazônia joga um papel vital na nova expansão do capitalismo e a apropriação de recursos naturais em uma Guerra híbrida de longa data que se expande até as nações sul-americanas com floresta amazônica.

2.2.3. Índia

A Índia evoca muitas perguntas e algumas ideias nebulosas sobre o contexto social, cultural e econômico para o mundo ocidental, especialmente, quando se tenta explicar a posição da nação em relação à questão amazônica e sua importância para o

desenvolvimento sustentável. Porém, ao desenvolver esta pesquisa, lembrei o primeiro texto inspirado na Índia no livro *Das mil e umas noites* e também do livro *O Caminho da Paz* de Mahatma Gandhi que li nos anos iniciais do curso de Educação no Instituto de Pedagogia Nacional Monterrico na cidade de Lima no Peru, que agora no curso de Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal de Integração Latino-americana, me inspiraram a escrever dada a necessidade de realizar pesquisas sobre a Índia e sua influência nas conexões internacionais, especialmente as relacionadas com o cuidado ambiental, a cultura, a economia, esta pesquisa sobre sua incidência nas relações políticas, econômicas, culturais e sociais nos BRICS, mas com uma ênfase na questão de desenvolvimento sustentável e a questão amazônica como elemento chave para a proteção climática do mundo.

Por conseguinte, se pode estabelecer como um período chave para as transformações políticas e a participação da Índia no cenário internacional o fim da Guerra Fria devido a que apresentaram dificuldades na consolidação de seu território nacional, mas logo de conseguir sua independência o dia 15 de agosto de 1947 com revoluções que iniciaram em 1857 que com a liderança de Mahatma Gandhi levou que em 1947 se conseguira o *Jai Hind*³ através de um processo de desobediência social e de antiviolença, uma forma de luta atípica no mundo ocidental.

Desta forma não é estranho que em alguns parágrafos da obra *Diplomacy*⁴ de Kissinger este autor mencionara já desde 1994 que a Índia seria um dos países com maior participação dentro das interações econômicas no cenário internacional. Assim sendo, a continuação se descreve aspectos políticos, econômicos e de desenvolvimento sustentável da Índia relacionado aos BRICS e como a questão amazônica está imiscuída como um elemento imprescindível para a cooperação sul-sul e o desenvolvimento dos países emergentes.

Portanto, a Índia está considerada como um dos países com a maior democracia do mundo, e é uma nação que possui poder militar, especialmente nuclear e que sempre realiza serias avaliações sobre sua adesão ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Assim mesmo, em termos de democracia, a Constituição da Índia, em um país com uma diversidade cultural, linguística, educativa e socioeconômica, estabelece que seja importante o trato igualitário de todos seus cidadãos, através de uma nação soberana e

³ Victoria para a Índia

⁴ KISSINGER, H. **Diplomacia**. Saraiva: Brasil, 2012.

democrática onde a doutrina de *Mātsyanyāya*⁵ é evidente quando se analisa o tipo de governo onde se apresenta um Estado forte em meio de complexas relações naturais de poder, mas com seu elemento de contraste o *artha*⁶ que exemplificam o interesse essencial da Índia nos temas econômicos e políticos não só domésticos, senão internacionais que leva a orientar sua política através da compreensão de sua situação histórica e própria para projetar sua influência na Ásia e também no cenário internacional.

Por outro lado, segundo o *National Portal of India* (2022)⁷, é preciso mencionar que este país está localizado no continente asiático, que está separado pelo Himalaya e está rodeado também “pela Bahia de Bengala ao este, o Mar Arábigo ao oeste e o Oceano Indico ao sul” (NPI, 2022). Em termos políticos, este país é uma república democrática secular socialista soberana com um complexo e concatenado governo parlamentar e possui 28 estados e oito uniões territoriais.

Em suma, em termos econômicos, a Índia junto à China “foram responsáveis por juntas contribuírem 45% do crescimento mundial em 2017” (CARDOZO, 2021, p.3). Um contexto que fortalece a importância da Índia na economia internacional, assim como seu protagonismo dentro dos assuntos de financiamento e investimento nos BRICS, especialmente no relacionado ao fortalecimento do Banco de Desenvolvimento que se orientam a procurar investimentos em campos como o energético, a saúde, as tecnologias e, especialmente, no vinculante a criar tecnologias para reduzir o impacto das atividades humanas na natureza, dado que a mudança climática é um dos maiores problemas sociais e econômicas na Índia dada a existência de poluição em suas principais cidades como Delhi, Bombay, etc.

Porém, dadas algumas dificuldades de controle do problema ambiental, a Índia através de seu contato com os BRICS cria uma relação de cooperação sul-sul que diminua o impacto do ser humano na natureza, através da criação de planos de melhora associados à redução das brechas educativas, de saúde e de acesso a medicamentos das populações mais vulneráveis. Assim mesmo, dentro do cenário internacional, dado o avanço em setores de tecnologia e um crescimento acelerado nos últimos anos sem considerar a crise de 2008 e o Covid-19, a Índia dentro dos BRICS procura também fortalecer sua zona de interação internacional: Ásia e os espaços onde se desenvolvem países emergentes. Porém, isto não

⁵ “Or State of nature theories in classical Indian thought” In: David Slakter. On *Mātsyanyāya*: The State of Nature in Indian Thought, **Asian Philosophy**, 21:1, 23-34, 2011. DOI: 10.1080/09552367.2011.536652

⁶ “Wealth or property in Hinduism, the pursuit of wealth or material advantage, one of the four traditional aims in life” In: Britannica (2022): <https://www.britannica.com/topic/artha>

⁷ NPI. **India Profile**. India, 2022. In: <https://www.india.gov.in/india-glance/profile>

é uma mostra de que a Índia não apresenta problemas estruturais, devido a que o crescimento positivo dos últimos anos pode ser criticado, dado a precariedade da distribuição da renda.

Contudo, isto não é um impedimento para que a Índia reclame sua posição de líder dentro das relações Sul-Sul, assim como nas interações dentro dos BRICS. Desta forma, sua política externa contém como objetivo melhorar sua imagem internacional através da conquista de boa imagem e de contribuição para eliminar os perigos econômicos e ambientais do mundo, especialmente a inflação e a mudança climática. Portanto, “a Índia se enquadraria, no BRICS, numa subdivisão do IBAS pelos elementos de promoção do desenvolvimento e da democracia e no RIC pelas dimensões de poder e geopolítica na Eurásia” (CARDOZO, 2021, p.4).

Por conseguinte, os interesses da Índia em matéria de política externa, se associam às estratégias do BRICS, especificamente a elementos como o crescimento econômico e desenvolvimento, a criação de uma infraestrutura financeira, tais como o NDB (*The New Development Bank*) ou Novo Banco de Desenvolvimento e o CRA (*Contingent Reserve Arrangement*) ou Acordo de Reserva Contingente. O NDB é um elemento crucial quando tratamos de uma cooperação além do político, dado que se apresenta como uma ferramenta que promove o financiamento de projetos de infraestrutura nos BRICS, assim como brinda um apoio na construção de mecanismos que levam a intercambiar conhecimentos dos países emergentes e também se orienta a promover o desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sustentável que defende o NDB também tenta apoiar investimentos em países em desenvolvimento que visem reduzir o impacto da mudança climática na economia e nas populações mais vulneráveis. Desta forma, dado que a Índia está condicionada pelas mudanças climáticas tanto em curto como em longo prazo, tenta apoiar o multilateralismo com a finalidade de comprometer a todos os países com os quais guarda relações internacionais, o comprometimento para reduzir o impacto das atividades econômicas no mundo, assim como colocar à agricultura como um dos fatores que incidiram na proteção alimentar do mundo.

Por conseguinte, a Índia em Ufá, “o governo da Índia propôs a criação do BRICS *Agriculture Research Platform*, um centro para defender o desenvolvimento da agricultura sustentável, o alívio da pobreza e promover a segurança alimentar. Esta plataforma de pesquisa foi estabelecida, em 2016 [...], com sede em Nova Delhi” (CARDOZO, 2021, p.14). Isto é uma mostra da importância que o fator verde ou a natureza tem nas relações

internacionais, onde a Amazônia dado que o Brasil participa dos BRICS, é também essencialmente um elemento chave para as relações econômicas, políticas e sociais dos países membros.

Desta maneira, não é estranho que Narendra Modi, Primeiro-Ministro da Índia delineou propostas de cooperação para o desenvolvimento de uma agricultura voltada à redução da mudança climática e a segurança alimentar. Desta forma, através do Novo Banco de Desenvolvimento promove investimentos em programas de pesquisa sobre a agricultura e de criação de infraestrutura na Amazônia, cooperando no NDB, agência uma cooperação para o desenvolvimento sustentável. Um exemplo deste interesse indiano é o trabalho conjunto para lançar o satélite Amazônia-1 o dia 28 de fevereiro de 2021 desde a cidade de Sriharikota com a finalidade de monitorar a crise de desmatamento da Amazônia durante 4 anos e apresentar alternativas para o investimento em programas de agricultura a curto e longo prazo sem impactar a harmonia verde. Este plano foi executado quando o Amazônia 1 foi lançado às 1h 54 min do 28 de fevereiro do 2021 desde o Centro de Lançamento Sriharikota.

Em consequência, a Índia mostra um interesse positivo em relação à questão ambiental e no concernente à cooperação Sul-Sul, onde o trabalho com países emergentes é imprescindível para reduzir as diferenças econômicas em relação aos países centrais. Portanto, como principais medidas para reduzir o impacto humano na natureza, o país participa ativamente dos compromissos climáticos a través da eliminação do subsídio aos derivados do petróleo: o diesel e a gasolina, assim como o deslocamento de recursos para criar energias limpas e; desta forma, aumentar a capacidade do país em energia renovável.

Por conseguinte, guarda uma relação de cooperação harmoniosa com os membros dos BRICS, mas dado o relacionamento complexo com a China pelas zonas de influência no sul da Ásia, “o BRICS encontra-se na esfera da cooperação na relação entre China e Índia e não foi diminuído por episódios como do de Doklam⁸ em 2017. Para a Índia, o BRICS está dentro do multilateralismo seletivo e da autonomia estratégica” (CARDOZO, 2021, p.22).

Desta forma, existindo diferenças geopolíticas, ambos os países reafirmaram seu compromisso de programar a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável nas

⁸ DW. Conflito na fronteira entre Índia e China volta a eclodir. DW, 2020. <https://www.dw.com/pt-br/conflito-na-fronteira-entre-%C3%ADndia-e-china-volta-a-eclodir/a-53849734>

“Fronteira sino-indiana é mais uma vez palco de choques entre soldados, desta vez com ao menos 20 mortos. Disputa geopolítica de décadas entre as potências asiáticas tem motivos complexos e tende a se agravar” (DW, 2020)

esferas econômicas, sociais e ambientais na XIII BRICS *Summit- New Delhi Declaration*. Assim mesmo, nesta declaração de Delhi no ponto 39 se apresenta a importância da agricultura e a proteção ambiental, onde a Amazônia dada à presença do Brasil e a liderança do país em termos de agronegócios na floresta amazônica, da seguinte forma:

Reconhecendo a importância da agricultura e da revitalização rural para alcançar a Agenda 2030, reiteramos nosso compromisso com o aprimoramento da cooperação agrícola intra-BRICS para a segurança alimentar e promoção do desenvolvimento integral das zonas rurais. Congratulamo-nos com o Sistema de Intercâmbio de Informações Agrícolas do BRICS e Plataforma de Pesquisa Agrícola do BRICS, bem como a adoção do Plano de Ação 2021-2024 para a Cooperação Agrícola de Países do BRICS⁹ (BRICS, 2021, p.9).

Assim, se coloca de manifesto que a agricultura é um elemento chave para o desenvolvimento rural. Portanto, a cooperação agrícola intra-BRICS, onde a Índia participa ativamente em relação à pesquisa agrícola e de controle do desmatamento da floresta amazônica junto ao Brasil, é uma mostra da importância da Amazônia quando se analisa a segurança alimentar.

Por conseguinte, dentro do manifesto de Nova Delhi de 2021 se comprova no ponto 38¹⁰ a importância de uma cooperação tecnológica espacial que vise à observação e pesquisa, especialmente vinculadas às mudanças climáticas, assim como a gestão de desastres naturais e, tema chave, onde a Amazônia cumpre um papel vital: a prevenção frente à falta de alimentos e escassez de água, assim como o desenvolvimento socioeconômico do BRICS de forma sustentável. Em suma, a Índia dentro do BRICS está comprometida a cuidar o verde¹¹, nossa casa comum, a partir do investimento em pesquisas sobre a proteção ambiental e a agricultura com a finalidade de contribuir a reduzir o impacto das atividades humanas no clima. Portanto, junto ao BRICS reafirmam a importância de fortalecer as responsabilidades comuns e diferenciadas em relação ao tema climático. Desta forma, “ênfaticam a necessidade de garantir uma abordagem holística das

⁹ Recognizing the importance of agriculture and rural revitalization for achieving the 2030 Agenda, we reiterate our commitment to enhancing intra-BRICS agricultural cooperation for food security and promotion of comprehensive development of rural areas. We welcome the BRICS Agriculture Information Exchange System and the BRICS Agricultural Research Platform, as well as the adoption of the Action Plan 2021-2024 for Agricultural Cooperation of BRICS Countries (BRICS, 2021, p.9)

¹⁰ The application of space technologies for peaceful purposes will be a tangible contribution to the achievement of the 2030 Agenda. In this regard, we commend the signing of the Agreement amongst BRICS Space Agencies on Cooperation on BRICS Remote Sensing Satellite Constellation, which will help enhance our capabilities in the research on global climate change, disaster management, environmental protection, prevention of food and water scarcity and sustainable socio-economic development (BRICS, 2021, p.9)

¹¹ Neste trabalho ao utilizar o termo verde estamos fazendo referência à Amazônia, à economia dos recursos naturais e à floresta e sua importância nas relações econômicas, políticas e geopolíticas.

mudanças climáticas, focada em todas as dimensões, incluindo mitigação, adaptação, financiamento, capacitação e transferência de tecnologia, juntamente com a promoção de estilo de vida sustentáveis”¹² (BRICS, 2021, p. 10).

Desta forma, a Índia está comprometida a contribuir com a redução das emissões de CO₂, a criar programas de proteção ambiental, assim como eliminar gradualmente atividades de poluição, estritamente as vinculadas com a água e o ar. Portanto, neste trabalho ao abordar a Índia dentro do BRICS e enfatizando a questão amazônica se pode afirmar que desde o governo de Narendra Modi, a Amazônia, o investimento em pesquisas de segurança alimentar, em redução do desmatamento das florestas amazônicas e o investimento em agricultura, são elementos chaves para que a Índia e o BRICS possam cumprir com suas responsabilidades no marco dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, assim como estabelecer uma cooperação além do financeiro através de investimentos do Novo Banco de Desenvolvimento em projetos de infraestrutura agrícola em comunidades rurais dos países membros com a finalidade de diminuir as brechas econômicas e sociais.

2.2.4. China

Nesta parte do trabalho, é importante mencionar que não se tem como objetivo descrever a história antiga, moderna nem contemporânea da China, senão detalhar aspectos políticos, econômicos e de política externa recente, assim como seu relacionamento com o BRICS e a questão amazônica.

Por conseguinte, ao colocar o poema de Yuen Ren Chao intitulado *Shī Shì shí shī shī*¹³ que ao ouvir-se pode parecer similar ou confuso para os ouvidos ocidentais que não estão acostumados aos caracteres chineses, teve a intenção de mostrar que tanto no contexto amazônico como no contexto latino-americano, a gente ouve sobre a China, mas não necessariamente compreende ou entende o protagonismo deste país no cenário internacional, assim como o objetivo desta nação na Amazônia dado que dentro dessa cova de pedras se encontra o mistério da visão do mundo dos chineses em relação também à floresta amazônica e ao mundo ocidental como tal. Neste sentido, o poeta devorador de leões na cova de pedras (a China) segundo o perfil de país feito pela BBC no ano 2018, é

¹² “We emphasize the need to ensure a holistic approach to climate change, focused on all dimensions including mitigation, adaptation, financing, capacity building and technology transfer along with sustainable lifestyles” (BRICS, 2021, p. 10)

¹³ O poeta devorador de leões na cova de pedras

considerado como a nação com a população maior do mundo, assim mesmo, a cultura chinesa tem uma herança de mais de 4000 anos e foi uma cultura que brindou grandes avanços científicos para o mundo como o conhecemos agora, tanto na arte da guerra como na política por meio da consolidação do comunismo chinês nas esferas econômicas e políticas.

Desta forma, a República Popular de China foi fundada em 1949 logo de difíceis lutas pelo poder entre os partidários comunistas e os nacionalistas vinculados ao Kuomintang, principal razão para dividir a nação em duas esferas de poder no atual mundo contemporâneo: a RPCh e Taiwan. Conseqüentemente, logo da liderança comunista e a aplicação de medidas socialistas na China, se programaram medidas de abertura econômica que levaram à transformação do mundo rural chinês, mas se manteve a estrutura política comunista.

Portanto, com a liderança de Deng Xiaoping e a aplicação de um programa de reforma e abertura econômica se iniciou um rápido movimento que transformou as relações rurais e urbanas da China, assim como as semelhanças deste país com o comércio internacional. Portanto, Deng Xiaoping estruturando o socialismo com características chinesas liderou reformas econômicas, na agricultura, na indústria, e no setor privado com a finalidade de levar à RPCh ao patamar do comércio mundial. Assim, as mudanças iniciaram em 1978, o que significou o rompimento com a tradição político-econômica estabelecida por Mao, segundo o presidente chinês Xi Jinping: “afastou ao país do comunismo de Mao Zedong e significou uma ruptura das cadeias do passado¹⁴” (BBC, 2020). Em suma, estas mudanças econômicas também influenciaram a que China ingressara à Organização Mundial do Comércio em 2001, o que constituiu a participação da RPCh nas interações internacionais globais. Por outro lado, em termos políticos, a RPCh está liderada pelo Partido Comunista Chino que escolhe ao presidente do país, especificamente, é designado pela Assembleia Popular Nacional. Assim mesmo, administrativamente, segundo a Constituição Política do país asiático está se divide em sistema de três níveis: províncias, regiões autônomas e municípios. Logo, “as regiões autônomas dividem-se em prefeituras autônomas, condados, condados autônomos e cidades, e os condados autônomos e cidades são divididos em municípios, municípios de minoria étnica e vilas. Atualmente, a China tem 23 províncias, 5 regiões autônomas, 4

¹⁴ “Ese camino alejó al país del comunismo de Mao Zedong y supuso una "ruptura de las cadenas" del pasado”(BBC, 2020)

municípios e 2 regiões administrativas especiais”¹⁵ (CHINA ABC, 2014).

Assim mesmo, economicamente, a China se converteu nos últimos anos em um país importador de mercadorias globais e um frequente investidor em recursos naturais não só em países desenvolvidos, senão em nações com economias emergentes. Por exemplo, a relação com o Brasil implicou a participação de firmas chinesas no agronegócio, “destacando-se a aquisição de 57,6% da comercializadora brasileira de grãos Brasil Fiagril pela chinesa *Hunan Dakang International Food and Agriculture*” (CEPAL, 2017, p.61). Na África do Sul, a China através do NDB do BRICS entre 2016 e 2019 implementou seis projetos de infraestrutura, “destes seis, dois foram para a empresa de energia Eskom, para projetos em energia renovável e redução de emissões em uma usina de carvão”(SAGGIORO, 2020, p.162) por citar outro exemplo. Também, através do NDB o investimento em projetos de desenvolvimento, na Índia, não obstante os conflitos geopolíticos, voltadas “a grande maioria a projetos de transporte e infraestrutura (42%), ao setor de irrigação e recursos hídricos (32%), além de desenvolvimento urbano e energia limpa” (SAGGIORO, 2020, p.167).

Por conseguinte, a política externa chinesa se orienta à cooperação multilateral e de contribuição ao desenvolvimento dos países emergentes, em áreas vinculadas à energia, agricultura e infraestrutura. Por isso, ao agir como membro do BRICS, “o país aproveitar-se das oportunidades de desenvolvimento dos demais países, reduzindo assim a pressão internacional sobre sua posição como principal potência ascendente. Para levar a termo essa estratégia, porém, o país precisa trabalhar em prol de um BRICS forte e unificado” (NIU, 2013, p. 207), além de mostrar uma imagem e comportamento positivo para o mundo, especialmente ocidental.

Desta forma, as oportunidades que têm a China ao formar parte dos BRICS se resumem no seguinte, Niu (2013):

- Fomento da participação dos países emergentes no sistema internacional.
- Fortalecimento da cooperação econômica entre as potências emergentes.

¹⁵ They are: Hebei province, Shanxi province, Liaoning province, Jilin province, Heilongjiang province, Jiangsu province, Zhejiang province, Anhui province, Fujian province, Jiangxi province, Shandong province, Henan province, Hubei province, Hunan province, Guangdong province, Hainan province, Sichuan province, Guizhou province, Yunnan province, Shaanxi province, Gansu province, Qinghai province, Taiwan province, Inner Mongolia Autonomous Region, Guangxi Zhuang Autonomous Region, Tibet Autonomous Region, Ningxia Hui Autonomous Region, Xinjiang Uygur Autonomous Region, Beijing municipality, Tianjin municipality, Shanghai municipality, Chongqing municipality, Hong Kong Special Administrative Region and Macao Special Administrative Region (CHINA ABC, 2014). In: http://english.www.gov.cn/archive/china_abc/2014/08/27/content_281474983873401.htm

- Fomento da paz, a estabilidade e a prosperidade nas regiões de influência dos BRICS.

Nesta linha, se confirma a importância do NDB na projeção chinesa em relação a expansão de capitais até países emergentes, especialmente em setores vinculados à segurança energética, infraestrutura e segurança alimentar. Portanto, desde o ano 2018 no *World Economic Forum*, a China liderada pelo Liu Hei¹⁶, se comprometeu a realizar mudanças estruturais na sua economia e política, com a finalidade de combater a poluição não só no mundo, também no seu país, dado que a China é um dos países com maior poluição do ar. Por conseguinte, a parceria com os países emergentes, não só é em questões econômicas, senão políticas e fortemente ambientais. Por isso, a China também formou parte dos compromissos assumidos pelo BRICS na *XIII BRICS Summit- New Delhi Declaration* referidos a proteção ambiental e a promoção de investimentos em setores essenciais para o desenvolvimento verde como a agricultura, energias renováveis, infraestrutura, água limpa, e câmbio climático.

Por conseguinte, a China tinha investido cerca de US\$ 66,1 bilhões no Brasil nos últimos 14 anos segundo o Conselho Empresarial Brasil-China (2021), assim, o setor onde mais investiu o país asiático foi em energia elétrica, extração de petróleo e gás, assim como em agricultura, com a finalidade de assegurar a curto e longo prazo a segurança energética e alimentaria. Em suma, se corrobora o interesse da China em espaços onde se possam gerar energias limpas e recursos naturais acessíveis para a criação de manufaturas com alto valor agregado. Por isso, a pesar da contradição de sua relação com a China, o presidente Jair Bolsonaro através de seu vice-presidente Hamilton Mourão salientou a importância de conseguir investimentos do BRICS, especialmente financiamento do NDB liderado pela China, para desenvolver projetos de bioeconomia na Amazônia, mas este plano se enfrenta ao desmatamento da floresta amazônica, assim como a expansão do agronegócio que fomenta a erradicação do verde para a plantação de soja e a cria de carne bovina a grande escala.

Porém, as estranhas boas intenções do governo Bolsonaro e sua contraditória posição em relação à China e os Estados Unidos de América, o gigante sul-americano sofreu de críticas internacionais vinculados ao desmatamento e à escassa implementação de programas de desenvolvimento dos povos indígenas e de proteção da floresta amazônica.

¹⁶ Primeiro Vice-Ministro do Conselho de Estado da República Popular da China desde 2018.

Neste sentido, cabe precisar que a China como nação não só tinha investido em projetos de geração de energia elétrica no Brasil, senão em países amazônicos como Equador, Colômbia, Peru e Venezuela, com forte ênfase em projetos de mineração, de infraestrutura e energéticos, mas com sérios problemas com o impacto ambiental e o compromisso de desenvolvimento das comunidades indígenas e rurais tanto no Brasil como nos países latino-americanos que possuem floresta amazônica. Assim, dado a projeção da China como um país líder nos BRICS, no concernente à Amazônia, ainda existe um complexo reto para o gigante asiático, dado que é imprescindível a criação de planos de melhora do trabalho de suas empresas na floresta amazônica. Por conseguinte, cabe ressaltar que dentro de seu XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025), a RPCh procura implementar projetos que levem a criar um contexto de respeito à natureza e a promoção do desenvolvimento sustentável na dinâmica econômica.

Assim, através do financiamento de projetos sustentáveis com participação do NDB, a China, por exemplo, “concedeu um crédito de US\$ 50 milhões para que o estado amazônico [Pará] aperfeiçoasse a infraestrutura urbana em nove municípios ¹⁷” (CHINAHOJE, 2022). Esta iniciativa do BRICS se orienta a criar processos de cooperação econômica, política e social, que visa fomentar o desenvolvimento sustentável, e o equilíbrio entre a natureza, a economia e a sociedade. Também, “é importante ter o NDB como parceiro para atrair investimentos e fazer com que o cidadão que se estabeleça nesse lugar tenha infraestruturas melhores” (CHINAHOJE, 2022).

Em suma, a China dentro dos BRICS, tem uma forte responsabilidade: o investimento em projetos que visem resolver o impacto das suas empresas na Amazônia. Portanto, a economia verde se apresenta como um elemento que não só considere a bioeconomia senão que procure fortalecer a participação das comunidades indígenas rurais e que respeite a biodiversidade da floresta amazônica. Por conseguinte, se conhece que a China tem um interesse latente em América Latina, não só por questões energéticas, senão geopolíticas, mas em relação à Amazônia, a RPCh no marco da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) tinha adquirido ativos vitais dos países latino-americanos que possuem floresta amazônica. Assim, “entre 2017 e 2019, 56% dos investimentos da ICR foram em petróleo e gás, e 39% em energias renováveis [...] A promessa da China de alcançar o pico de suas emissões antes de 2030 aumentou sua sede por gás natural [...]” (MORILLO, 2021).

¹⁷ Municípios: Brasil Novo, Medicilândia, Placas, Uruará, Senador José Porfírio, Novo Progresso, Trairão, Itaituba e Rurópolis.

Porém, esta demanda por recursos naturais está comprometendo seriamente a capacidade da floresta amazônica em termos de exploração energética. Em consequência, o poeta devorador de leões na cova de pedras enfrenta um complexo reto-compromisso: a harmonia do rio, os bosques, o ar e o céu limpo da floresta amazônica.

Assim sendo, se os projetos de desenvolvimento visam reduzir as assimetrias econômicas dentro do BRICS, é imprescindível colocar como ponto chave para o desenvolvimento verde, o respeito da Amazônia e da gente que nela interatua, dado que visão do mundo chinês, do poeta devorador de leões na cova de pedras, não é a mesma para o filho do rio e da lua que tem na floresta amazônica sua mãe e seu principal recurso de vida.

2.2.5. África do Sul

A África do Sul, país que organizou o Mundial de Futebol de 2010 e que tinha a Nelson Mandela como principal representante, significou para o pesquisador deste trabalho, o deslocamento da adolescência à juventude, não conhecia muito sobre o país africano só aquilo que conseguia ouvir nos noticiários dos principais canais de televisão da capital peruana.

Assim, dado que o Peru não participou desse mundial, a fé deste pesquisador estava volcada a que Brasil, país com a qual tinha muita afinidade, dado que nasci na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia, ganhara essa Copa do Mundo. Porém, além do futebolístico não tinha uma ideia clara sobre a África do Sul e sua importância na dinâmica econômica internacional até que tive acesso a obra de Visentini (2013) intitulado BRICS: as potências emergentes: China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul que fosse recomendado na disciplina Negociações e Cooperação Internacional ministrado pelo Dr. Fábio Borges.

Assim, tive acesso a uma informação valiosa sobre a história da África do Sul e sua formação econômica, política e social, e acedi a uma análise dos interesses do país sul-africano em relação aos principais problemas globais. Por conseguinte, neste texto se descreve alguns aspectos políticos, econômicos e sociais, e a relação da África do Sul com os BRICS e a questão amazônica.

Por conseguinte, este país está localizado na África e compreende uma área de 1 219 090 km² e tem fronteiras com Namíbia, Bostwana, Zimbabwe, Moçambique e Swaziland, assim como com o reino de Lesotho que “situa-se ao sudeste do país em território sul africano” (ERAS, 2022). Também, segundo os dados colocados no portal da

Embaixada da República da África do Sul no Brasil (2022) o país segundo a sua constituição de 1993 está dividida em nove províncias com independência própria e delimitada por sua legislatura, primeiro-ministro e ministros autônomos.

Assim mesmo, a África do Sul segundo Eras (2022), este país está composto por três capitais:

- Pretória, onde se encontra o poder Executivo.
- Cidade do Cabo, onde está localizado o poder Legislativo.
- Bloemfontein, cidade onde funciona o poder Judiciário.

Por outro lado, em relação às potencialidades na nação sul-africana existe um interesse marcado de potencializar sua participação na dinâmica das interações economias, políticas e geopolíticas dentro do sistema de Nações Unidas. Neste sentido, na última década tinha se orientado a estabelecer contatos profundos não só com potências ocidentais, senão desde o espírito de Bandung configurar espaços de cooperação com potências emergentes, especialmente as vinculadas à cooperação sul-sul. Por isso, “em abril de 2011 foi formalizada a entrada da África do Sul no chamado BRIC, por ocasião da III cúpula que, então adotou a sigla BRICS” (PEREIRA, 2014, p.1).

Este contexto significou a consecução de um objetivo diplomático exercida pela presidência de Zuma devido a que mostrou a capacidade de captar novas parcerias internacionais com a finalidade de “afirmar sua disposição no auxílio para a construção de uma agenda comum entre os países chamados de emergentes” (PEREIRA, 2014, p.1).

Neste sentido, a participação da África do Sul nos BRICS é uma mostra da preocupação do país por fomentar também a multipolaridade dentro do sistema internacional, além de criar alternativas para a colaboração em termos econômicos, de infraestrutura e de mudança climática. Portanto, o país de Mandela em termos de política externa quer garantir o sempre fomentado Estado párea associadas à sua colaboração vertical com potências hegemônicas; assim, segundo Pereira (2007) existe um forte interesse da África do Sul em relação à criação de um espaço mais favorável para o país pós-*apartheid*, especialmente nos governos de Malan, Strydom, Verwoerd, Vorster, Botha y De Klerk, pertencentes ao Partido Nacional.

Porém, é com Mandela, Motlanthe e Zuma que no cenário regional, a África do Sul intensificou aplicação de políticas estatais a favor da estabilização institucional através da pacificação de seu território e de uma procura constante de converter ao Estado africano em um protagonista da política internacional e não só em espectador. Por isso, segundo Lipton (2009) e Ngwenya (2011) existe um interesse marcado de situar ao país dentro dos

processos de globalização e de fortalecer parcerias dentro do continente africano e com os países emergentes. Por isso, uma mostra de sua liderança foi a criação da *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD), além de que em termos econômicos, o país tinha impulsionado o estabelecimento da *South African Reserve Bank* para delimitar as regras para que a maioria de países do continente africano possam investir.

Por outro lado, a participação da África do Sul nos BRICS também está vinculada aos interesses dos países membros, especialmente no fomento de um mundo multipolar, criação de mecanismos de investimentos em todas as zonas de referência dos países, fortalecimento de instituições tais como o Novo Banco de Desenvolvimento, assim como uma constante procura por investimentos em infraestrutura dos capitais chineses. Além disso, segundo o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2022) a África do Sul representa para o Brasil um sócio estratégico porque Brasília pode se comportar como o hub regional pela localização. Desta maneira, “a África do Sul pode tornar-se uma potência regional capaz de contribuir para o desenvolvimento da África Austral e do Terceiro Mundo, através da cooperação sul-sul e da defesa dos seus valores” (PEREIRA, 2007, p.4).

Também, a África do Sul ao cooperar com o Brasil e sofrer queimadas dos seus bosques naturais, tem um forte interesse em reduzir a ingerência do câmbio climático das interações humanas, especialmente naquelas que prejudicam não só a economia dos países emergentes, senão que atentam contra a independência da Amazônia e das populações que nela habitam, e reduzem a capacidade de proteger o futuro da natureza no âmbito da cooperação sul-sul.

2.3. A Amazônia

A Amazônia possui muitos significados dependendo de quem utiliza o termo. Assim, não é o mesmo para um cidadão estabelecido na cidade que para um cidadão da periferia se referir à Amazônia, além disso, a Amazônia logo de vários anos de esquecimento dos Estados tanto em sul-americana como no resto do mundo se apresenta como uma das regiões com maior potencial de desenvolvimento e fator chave para a redução do câmbio climático. Além de representar um elemento chave para a projeção geoestratégica dos países que possuem floresta amazônica. Portanto, neste texto se assume que a Amazônia é polissêmica segundo Aragon (2013) dado que também “passa a ter papel preponderante pelo enorme estoque natural que ela possui e por seu papel crucial nas mudanças climáticas globais” (ARAGON, 2013, p. 29).

Neste contexto, as principais referências sobre o conceito de Amazônia se referem a maior densidade de selva tropical conhecida no mundo, e segundo o mesmo Aragon (2013), o conceito sobre a Amazônia também se refere ao seguinte:

localizada ao norte de América do Sul, à bacia hidrográfica do rio Amazonas, às nações que têm território nessas áreas, aos Estados que promovem, através de ações conjuntas, o planejamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia para preservar o meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, aos limites artificiais de conveniência político-administrativa para a aplicação de incentivos fiscais em territórios determinados, aos povos que habitam, e a sua fauna e aquática (ARAGON, 2013, p. 30).

Segundo Aragon (2013) existe três critérios para definir a Amazônia e estas são:

- Critério hidrográfico
- Critério ecológico
- Critério político-administrativo

Por conseguinte, baseado nos critérios acima, se estabelece a superfície da Amazônia que implica a incidência territorial da maior parte os países sul-americanos, o que significa que o contexto amazônico apresenta uma oportunidade para o processo de integração e para o fortalecimento de medidas de proteção ambiental compartilhadas.

Tabela 1. Superfície da Amazônia segundos três critérios

País	Superfície do país (km ²)	Superfície da Amazônia (km ²)								
		Critério hidrográfico			Critério ecológico			Critério político-administrativo		
		Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região	Superfície	% do país	% da região
Brasil	8 514 876	3 869 953	45,4	63,3	4 196 943	49,3	60,7	5 034 740	59,1	67,1
Bolívia	1 098 581	724 000	65,9	11,8	567 303	51,6	8,2	724 000	65,9	9,7
Peru	1 285 216	967 176	75,2	15,8	782 786	60,9	11,3	651 440	50,7	8,7
Equador	283 561	146 688	51,7	2,4	76 761	27,1	1,1	115 613	40,8	1,5
Colômbia	1 141 748	345 293	30,2	5,6	452 572	39,6	6,6	477 274	41,8	6,4
Venezuela	916 445	53 000	5,8	0,9	391 296	42,7	5,7	53 000	5,8	0,7
Guiana	214 960	12 224	5,7	0,2	214 960	100	3,1	214 960	100	2,9
Suriname	142 800	-	-	-	142 800	100	2,1	142 800	100	1,9
Guiana Francesa	84 000	-	-	-	84 000	100	1,2	84 000	100	1,1
Total	13 598 187	6 118 334	45,0	100	6 909 421	50,8	100	7 497 827	55,1	100

Fonte: Pnuma/OTCA (2008)

Desta maneira, Aragon (2013) junto a definição da Amazônia segundo o Pnuma/OTCA sugere que a conhecida Grande Região abarca uma superfície aproximada de 8 12 312 km² e que podem ser subdividas em cinco sub-regiões segundo o Aragon (2013) da seguinte forma:

- Amazônia sensu stricto: área de biota floresta tropical correspondente do Amazonas e Tocantins.
- Andes: biota amazônica andina, segundo Aragon (2013) correspondente acima 700m sobre a linha do mar.
- Planalto: área coberta pela biota “da bacia amazônica, não da planície” (ARAGON, 2013, p.37).
- Guiana: platô das Guianas.
- Gurupi: “correspondente ao extremo nordeste desta região, que junto com o platô das Guianas, é coberto por floresta tropical amazônica de planície não contemplada nas três primeiras sub-regiões” (ARAGON, 2013, p.37)

Neste sentido, se define a Amazônia como um conjunto complexo de conexões não só naturais, senão estratégicas do ponto de vista social, econômico, político e de concatenação de interesses estatais dado que estabelece de formas naturais uma estrutura de cooperação entre os países que possuem floresta amazônica e também projeções geoestratégicas e de intervenção das dinâmicas de solução frente as mudanças climáticas.

2.3.1. Geografia da Amazônia

Nesta parte do trabalho, se faz referência a toda a geografia involucrada para delimitar a posição da Amazônia em termos de territorialidade e de recursos naturais. Portanto, se aceita a contribuição de Aragon (2013) dado que no seu trabalho Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar. Cinco temas para um debate de 2013, o autor explicita que em termos nacionais, cada país da América do Sul com floresta amazônica define seus espaços como amazônicos dependendo da sua distribuição geofísica. Assim, os territórios amazônicos compreendem geograficamente espaços de países como Guiana e o Suriname, “uma determinada área administrativa como no caso da Venezuela: estado de Amazonas e Guiana Francesa: departamento da França, a soma de várias áreas administrativas, como no caso do Equador: seis províncias, ou uma área definida juridicamente como caso do Brasil: Amazônia legal” (ARAGON, 2013, p.39), o que é conhecido como área de intervenção na Amazônia.

Nesta mesma linha, Peru também conta com regiões associadas à floresta amazônica tais como Loreto, Amazonas, Ucayali, Madre de Dios, alguns territórios das regiões de Cajamarca, Huncavelica, La Libertad, Pasco, Piura, Puno, Ayacucho, Junín, Cusco, San Martín e Huánuco o que representa um área de 782 880 55 km². Assim, o país amazônico-andino-costeiro define sua Amazônia desde os critérios hidrográfico e ecológico (ARAGON, 2013)

Assim mesmo, Bolívia define sua Amazônia a partir de parâmetros quilométricos porque consideram Amazônia a territórios de altitude até no maio de 1 000m do nível do mar, clima mega termal, relevo vinculados a terras baixas, e as florestas e savanas (VARGAS, 2005, p. 29). Por sua parte, o Equador considera como territórios amazônicos desde uma perspectiva geográfica de intervenção a seis províncias: Sucumbíos, Napo, Orellana, Pastaza, Morona Santiago e Zamora Chinchipe que abrange uma área total de 115 745 km², que estrutura um total de 45% do território equatoriano e implica a presença de 41 cantones segundo Gallardo (2005, p.45).

Nesta mesma perspectiva, a Colômbia segundo sua área de intervenção estatal desde os critérios hidrográficos e de selva, considera que possui “339 504, 54 km², e chega até alturas superiores aos 4 000 m de altitude, enquanto a selva amazônica referida aos bosques úmidos tropicais do sul-este do país, até uma altitude de 1 000 m, totaliza 406 638, 52 km²” (ARAGON, 2013, p.41). Portanto, o país cafeeiro segundo o critério de selva estrutura seu território amazônico “avançando até o Rio Vichada, na bacia hidrográfica do rio Orinoco (SALAZAR, 2005, p.61; GUTIÉRREZ *et al.*, 2004, p. 53-54). Em adição, a partir do critério de selva tropical, a Colômbia divide seu território amazônico em 58 municípios e 20 corregimientos o que estrutura as seguintes regiões: Amazonas, Caquetá, Guainía, Guaviare, Putumayo, e Vaupés, assim como parte dos territórios de Vichada, Meta, Cauca e Nariño. Desta forma, “a superfície da Amazônia está delimitada por 477 274 km², o que corresponde a 42% do território nacional” (SALAZAR, 2005, p.61; GUTIÉRREZ *et al.*, 2004, p. 57-58).

A República Bolivariana da Venezuela define sua Amazônia como parte integral do território do Estado de Amazonas o qual “está dividido em seis municípios e cobre uma superfície de 183 500 km² que representa 20% do território nacional” (ARAGON, 2015, p. 42; FREITEZ, 2005, p.80). Por outro lado, a Guiana, o Suriname e a Guiana Francesa são considerados regiões com totalidade de intervenção amazônica, 214 999 km², 163 820 km² e 84 000 km², respetivamente. No caso brasileiro, geograficamente existe segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) duas definições de Amazônia: região

norte integrada pelos estados de Amapá, Pará, Tocantins, Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, Mato Grosso, Maranhão até o oeste do Meridiano (ARAGON, 2013, p.43; ROCHA, 2005, p.141).

Desta forma, geograficamente a área total da Amazônia por país segundo sua divisão político-administrativa configura um aproximado de 7 488 352 km² que “representa em torno de 55% da área conjunta dos países amazônicos” (ARAGON, 2013, p.43).

2.3.2. Geopolítica da Amazônia

Em questões geopolíticas, a Amazônia na última década se converteu em um forte fator de confrontação entre potências hegemônicas e emergentes. Assim, não foi estranho que países europeus como a França tenham exigido ao presidente brasileiro atual o pago pelas queimadas e problemas com comunidades indígenas com o argumento de que a Amazônia é um bem que pertence a toda a humanidade. Este argumento se vincula com a sempre ideia colonizadora dos países europeus que acreditam ainda que toda América do Sul e seus territórios de recursos naturais são deles. Esta é uma mostra de que ainda existem fortes interesses de potências por se apropriar da maior quantidade de recursos naturais dada à escassa presença de floresta na maioria de territórios. Neste sentido, especificamente não só existe um interesse econômico senão geopolítico que levasse a garantir a soberania em territórios com alto índice de recursos naturais vitais para o mundo; por isso, a ocupação da Amazônia foi e é especificamente de interesse geopolítico.

Neste contexto, com a expansão dos movimentos internacionais associadas ao sistema financeiro, domínio das potências centrais, expansão do capital transnacional, significa o estabelecimento de uma nova geopolítica onde a Amazônia desempenha o papel vital, pois nela se encontram segundo Becker (2005) o estabelecimento de novas territorialidades, “acima e abaixo da escala dos Estados, suas próprias geopolíticas, e tendem a se articular, configurando uma situação mundial bastante complexa” (BECKER, 2005, p.72). Também, desde a perspectiva geopolítica, a Amazônia desde sua ocupação foi associada ao paradigma sociedade-natureza ou economia de fronteira segundo Kenneth Boulding (BECKER, 2005) o que implica o fato de que existe um potencial de crescimento definido pela linearidade e a apropriação massiva dos recursos naturais que são considerados às vezes como infinitos; por isso, “esse paradigma da economia de fronteira realmente caracteriza toda a formação latino-americana” (BECKER, 2005, p.72).

Neste sentido, a globalização vinculou à Amazônia com as mudanças do mesmo sistema internacional. Assim, não só os países que colonizaram a América do Sul senão nações de fala inglesa, especialmente Estados Unidos e Inglaterra, assim como França e Inglaterra, vieram neste território uma oportunidade para manter sua zona de influência, especialmente através do condicionamento econômico aos países com floresta amazônica e também por meio de aplicação de medidas neoliberais que implicavam a redução do papel do Estado e da privatização de territórios amazônicos o que leva ao desmatamento em pro segundo as empresas transnacionais do desenvolvimento de territórios com falta de crescimento; porém, isso implica um interesse geopolítico para se apropriar de novos recursos dado a presença das mudanças climáticas profundas, assim como fortalecer a sua ingerência em termos políticos e econômicos, estabelecendo uma cooperação vertical com os países da América do Sul que possuem floresta amazônica.

Nesse contexto, em termos geopolíticos a Amazônia se insere na dinâmica regional recente porque sugere uma modificação estrutural, mas ainda não significativa pela falta de conexão territorial entre os países com floresta Amazônia e pela pouca mobilidade espacial o que provoca um aproveitamento das potências ocidentais para se apropriar de territórios amazônicos ainda não explorados com o argumento do desenvolvimento sustentável. Por isso, a globalização coloca a Amazônia como uma fronteira do capital natural (BECKER, 2003, p.74) condicionada a um projeto de conservação e preservação que tem matizes de aproveitamento através de compromissos de não desmatamento, mas que implica uma redução gradual da autonomia dos países amazônicos porque também a nova geopolítica argumenta que “a natureza foi então reavaliada e revalorizada a partir de duas lógicas muito diferentes, mas que convergem para o mesmo projeto de preservação da Amazônia”(BECKER, 2007, p.74).

Assim, se consideram duas lógicas sobre a participação da Amazônia na nova geopolítica:

- A lógica civilizatória ou cultural
- A lógica da acumulação
- A lógica do recurso vital para a humanidade: a água que é fonte de vida e de energia em “razão dos isótopos de hidrogênio, questão teórica ainda não solucionada, mas que vem sendo pesquisada em muitos países, especialmente na Alemanha e nos EUA” (BECKER, 2007, p.74).

Por conseguinte, a Amazônia se converte em um elemento chave para a projeção geopolítica de alguns países hegemônicos, assim como o condicionamento das nações com floresta amazônica para se posicionar geopoliticamente nas interações internacionais porque “torna-se patente que, se há uma valorização da natureza e da Amazônia, há também a relativização do poder da virtualidade dos fluxos e redes do mundo contemporâneo, com a globalização, que acaba com as fronteiras e com os Estados” (BECKER, 2005, p.74). Neste sentido, os fluxos e conexões internacionais definem o fato de que o sistema financeiro precisa do fortalecimento geopolítico, especialmente dos capitais internacionais, que implica que os países com floresta amazônica ao receber alguma ajuda internacional dos países hegemônicos estão condicionados a empréstimos territoriais de espaços com algo valor natural, especialmente a Amazônia.

Assim, se evidencia que na Amazônia está em desenvolvimento um processo de conversão da natureza em uma mercadoria segundo Becker (2003):

é o caso da Peugeot que faz investimentos no sentido de sequestro do carbono no Mato Grosso, na ilha do Bananal, a empresa inglesa S. Barry, MI Madeireira, tem um projeto neste sentido no estado do Amazonas, *Central South West Corporation*, de Dallas, uma empresa de energia que fez uma aquisição no Paraná de setecentos mil hectares, através da mediação da *National Conservancy*, da reserva da Serra de Itaqui (BECKER, 2003, p.77).

Mas apesar de que existem esforços dos países com floresta amazônica por manter soberania territorial, as dívidas e supostos interesses de investimentos de potências ocidentais implica uma perda gradual de soberania territorial, assim como o constante desmatamento e a diminuição da participação das comunidades locais no desenvolvimento do seu próprio território. Por isso, “é necessário que a sociedade e [os governos] estejam atentos à questão da face interna da soberania, no sentido de reconhecer que o povo não é homogêneo, tem demandas diferentes que não são devidamente atendidas, o que gera conflitos que afetam a governabilidade” (BECKER, 2005, p. 78).

Por outro lado, a geopolítica amazônica supõe também o fortalecimento da integração da Amazônia sul-americana porque incidirá para o fortalecimento do Mercosul e a contrapartida dos interesses dos países da Alca e da mesma União Europeia e “para ter uma presença coletiva e uma estratégia comum no cenário internacional, fortalecendo a voz da América do Sul” (BECKER, 2005, p.79). Em adição, também é imprescindível para a criação de projetos conjuntos para o aproveitamento de áreas gêmeas em postos de fronteiras político-administrativas e o fortalecimento da soberania regional, especialmente

a América do Sul. Em suma, geopoliticamente a Amazônia significa a conversação da soberania e o posicionamento geoestratégico dos países sul-americanos com floresta amazônica no cenário internacional.

Assim mesmo, em termos geopolíticos a Amazônia está inserida na competência pela hegemonia dos países centrais, especialmente entre os projetos de poder estadunidense e chinês porque supõe ao contexto amazônico como outra fronteira da expansão do sistema capitalista, assim se observa uma luta entre a águia e o dragão no território intrínseco à Amazônia. Por isso, esta região se vincula as mudanças globais e “interesses diversos no sistema interestatal, principalmente através dos projetos de poder dos estados nacionais, das empresas transnacionais, da sociedade civil organizada, que disputam a exploração da região baseada no paradigma produtivista fordista tradicional, na financeirização irrestrita e desregulamentada da nova revolução biotecnológica” (SALGADO, 2021, p.424).

Por conseguinte, o projeto de poder estadunidense se associa a guerra híbrida na Amazônia Sul-americana, por isso; desde 2001, com o argumento da luta contra o terrorismo e a suposta falta de controle militar nas zonas de fronteira natural global, levaram aos Estados Unidos de América a aplicar uma política de intervenção, afiançando sua presença em territórios como Colômbia, Equador, Peru e até nas Guianas e Suriname, com a finalidade de se apropriar da maior quantidade de zona de influência na Amazônia. Além disso, a transformação da interação internacional de um sistema unipolar a um sistema multipolar vinculado ao espírito de Bandung que permite que países emergentes também possam intervir nas dinâmicas internacionais, tais como China, Rússia, Brasil, Índia e África do Sul, o que implica a perda de poder hegemônico do EUA que provoca sua ingerência na Amazônia para diminuir a participação de outros Estados com uma visão de não dependência entre os projetos internacionais de proteção de recursos naturais vitais para o mundo.

Assim, segundo Rodrigues (2021) os Estados Unidos de América tentam aplicar medidas militares, econômicas, sociais, e civis de forma aberta ou não conhecida pelos governos sul-americanos, o que se insere no conceito de Guerra híbrida aplicada com a colocação de bases militares em zonas amazônicas com o argumento de proteção e luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Por isso, a só presença de outra nação em terras amazônicas implica uma redução da sua zona de influência, especialmente a participação da China em processos de desenvolvimento de zonas amazônicas vinculadas a projetos do Novo Banco de Desenvolvimento que a diferença dos EUA não se observa uma

ingerência militar, senão um condicionamento econômico para os países sul-americanos com floresta amazônica.

Por isso, não é raro que os EUA tenham implementado uma “cadeia militar que se incrementou significativamente com o Plano Colômbia a inícios da década de 2000. Este foi o caso mais enfático de ingerência direta dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial” (FRANKLIN, 2008, p.496) como objetivo de diminuir a participação de outras potências no território amazônico.

Em adição, com a aplicação de uma engenharia social apoiada por movimentos ecologistas, ONG's e fundos internacionais de apoio ao suposto desenvolvimento de comunidades amazônicas, por exemplo, a USAID, são ferramentas de imposição imperialista que os Estados Unidos de América utilizam para exercer seu poder na Amazônia. Assim, argumenta Carrasco (2003) ao descrever que “a *World Wide Fund for Nature* e a *International Union for Conservation of Nature* foram um Estado maior para esta atividade, proporcionando diretrizes às organizações internacionais, as fundações financiadoras e às próprias ONG's de outros países, constituindo instrumentos políticos para desacreditar e subverter aos Estados, fomentando guerras civis, golpes ‘democráticos’ y revoluções” (CARRASCO, 2003, p. 47).

Por conseguinte, se pode afirmar que a Amazônia é um espaço vital para assegurar os recursos biogenéticos, econômicos, políticos, financeiros e terra fértil para a aplicação de processos produtivos em zonas com alto nível de êxito da agroindústria. Neste sentido, a atual presença da China e dos BRICS em território amazônico provoca uma certa preocupação dos EUA porque desde o ingresso do país oriental à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 o mudou significativamente o panorama geopolítico nas interações internacionais.

De tal modo, com o interesse da China e dos países emergentes de criar um sistema que faz confronto as relações hegemônicas verticais dos EUA na Amazônia, e com o início do projeto da Nova Rota da Seda associada a multipolaridade, a fronteira amazônica intensificou a cooperação com os principais países que tem floresta amazônica sem nenhum “condicionamento nem distinção de matizes ideológicos” (SALGADO, 2021, p.437).

Porém, esta situação também significa o posicionamento geopolítico da China e os países emergentes, em uma guerra híbrida que em longo prazo assegura os recursos naturais necessários para o desenvolvimento de projetos de investimento em novas terras, assim como reduzir a influência dos EUA em América do Sul. Neste sentido, se observa

uma cooperação simétrica entre a China e os países emergentes, mas que também leva a criação de um ambiente de disputa entre a potência asiática e EUA, que coloca aos países sul-americanos com floresta amazônica no meio de uma guerra híbrida constante que reduz a autonomia destes países no cenário internacional.

Portanto, os interesses na China não se enfocam no estabelecimento de bases militares, senão no fortalecimento de cooperação econômica e cultural através do desenvolvimento de trabalhos nos setores energéticos, de metais, assim como em infraestrutura, e a criação de Centros Confúcio de aprendizado de língua chinesa que leva a uma conexão entre a economia e a cultura. Por conseguinte, a China segundo a *China Global Investment Tracker* “os investimentos globais da China nos países que constituem a Amazônia sul-americana entre 2005 e 2016 levaram aproximadamente 75 bilhões de dólares. Os setores de energia e metais concentram a maior parte dos investimentos, sendo os maiores destinos Brasil, Peru, Venezuela e Equador, respectivamente” (SALGADO, 2021, p.438).

Assim mesmo, é notório que a RPCCh sabendo da importância da água e a geração de energia para a produtividade a grande escala, é o maior país que contém investimento na criação de hidrelétricas no mundo e é a maior nação com investimentos diretos em projetos de energia na Amazônia sul-americana. Por isso, com o objetivo de reduzir a ingerência econômica e política, a China “ao investir e atuar mediante fusões e aquisição de ativos através de seus grandes grupos estatais estabelece uma prática de geoeconomia híbrida que favorece a ambas as partes, mas, a cambio coloca o setor energético dos países da região baixo controle das forças políticas chinesas” (SALGADO, 2021, p.439).

Portanto, desde o XIV Plano Quinquenal a China no ponto sobre Câmbio Climático desde a visão de um desenvolvimento verde, a China procura criar investimentos em energia, especialmente em países com baixo nível de impostos e maior capacidade de aproveitamento de energias limpas com a finalidade de reduzir o impacto do carbono nas interações produtivas do país asiático, assim, os investimentos na Amazônia significa a conexão com o XIV Plano Quinquenal da China, porque esta nação procura a partir de uma econômica circular a diminuição de um desenvolvimento sem criação de mais CO₂ e desde uma visão de cooperação compartilhada com as nações amazônicas e os países emergentes como os BRICS um novo paradigma de interações no transporte, produção de energia, tal como está expresso no XIV Plano Quinquenal ponto 9:

环境与气候变化

实现碳中和。“十四五”规划强调绿色发展理念，在 8 个约束性目标中，有 5 个涉及绿色生态。在 2021—2025 年期间，致力于将单位 GDP 的能源消耗和碳排放强度分别降低 13.5% 和 18%。其他约束性目标包括：（1）城市空气质量优良天数占比达到 87.5%（2020 年为 87%）；（2）地表水达到或优于 III 类水体的比例达到 85%（2020 年为 83.4%）；（3）森林覆盖率达到 24.1%（2019 年为 23.2%）。作为一个非约束性指标，非化石能源在一次能源消耗量中的比重将由“十三五”的 15% 提高到“十四五”的 20%。“十四五”规划将通过在交通运输、能源生产和废弃物管理政策等方面采取新方法，促进低碳发展和循环经济发展 (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2021, p.3)¹⁸

Desta forma, a partir do XIV Plano Quinquenal da China, assim como a cooperação entre os países emergentes como os BRICS, a Amazônia sul-americana representa um “espaço geopolítico para o projeto de poder chinês através da ação das empresas transnacionais em projetos mineiros que inclusive se correlaciona com o interesse de construir centrais hidrelétricas na região, devido que se requer energia de baixo custo para que sua operação seja economicamente viável” (SALGADO, 2021, p.442).

Além disso, com a intenção de assegurar o provisionamento de alimentos para a China, o gigante asiático tinha iniciado investimentos desde o 2010 na Amazônia Sul-americana em terras agrícolas com forte incidência de novas tecnologias desde uma visão de agricultura verde e inteligente que geram alternativas para o emprego e o desenvolvimento de zonas rurais. Assim mesmo, dentro da zona de influência dos BRICS, no Brasil, a China e suas empresas tinham investido cerca de 90% do capital estatal em programas de promoção da agricultura. Por isso, segundo Salgado (2021):

¹⁸ 9. Meio ambiente e mudança climática

Rumo à neutralidade de carbono. O desenvolvimento verde figura de forma proeminente no Plano com cinco dos oito metas vinculativas estabelecidas nesta área. Durante 2021-2025, a energia e a intensidade de carbono são alvos para diminuir em 13,5% para energia e 18% para intensidade de carbono por unidade do PIB. Outras metas vinculativas incluem o aumento (i) da proporção de dias com boa qualidade do ar nas cidades até 87,5% (de 87% em 2020); (ii) a proporção de água de superfície no grau III, ou melhor, que o grau III até 85% (de 83,4% em 2020); e (iii) a cobertura florestal até 24,1% (de 23,2% em 2019). Como um indicador não obrigatório, a proporção de combustíveis não fósseis no consumo de energia primária é fixado em 20% a partir dos 15% do plano anterior. O plano promove o desenvolvimento de baixo carbono e a economia circular com novas abordagens para o transporte, produção de energia, e políticas de gerenciamento de resíduos [Tradução livre].

apesar de que segue existindo barreiras para a compra de terras por parte de estrangeiros no Brasil, China segue firmando acordos e associações comerciais, como o Plano de Ação Conjunta, que se centra na investigação conjunta da produção agrícola e facilita os investimentos no processamento de cereais e alimentos (SALGADO, 2021, p.443).

Neste sentido, desde os BRICS, a China tinha investido também na Zona Franca de Manaus no Brasil com a finalidade de criar oportunidades de desenvolvimento de zonas rurais para responder as exigências do mercado interno brasileiro. Isto demonstra que os interesses geopolíticos da China diferentemente dos EUA está no aproveitamento dos recursos naturais com fins econômicos e políticos através de uma cooperação multilateral com matrizes de dependência financeira e de impacto progressivo nas relações socioeconômicas, por exemplo, dos povos indígenas em comunidades rurais devido a ideia de criar o Ferrovias Transamazônicas que supostamente integraria fisicamente a todos os países com floresta amazônica, o que implicaria o posicionamento da Amazônia no “centro econômico do século XXI” (SALGADO, 2021, p.445). Por conseguinte, a Amazônia é geopoliticamente imprescindível para a China e os BRICS porque incide na acumulação de poder, controle e projeção hegemônica, assim como na apropriação da principal fonte de água e natureza que servirá para a sobrevivência da humanidade e da segurança alimentaria e energética da China e seus parceiros econômicos, além de ser um fator importante para combater a projeção hegemônica dos Estados Unidos de América que intensivamente tinha se focado na invasão militar e a redução da institucionalização nos países amazônicos de América do Sul.

2.4. A questão amazônica

Ao se referir à questão amazônica, destaca-se a questão da conservação dos recursos naturais na área de influência dos países que possuem a Amazônia na América Latina, bem como sua importância global nas relações internacionais contemporâneas, especialmente na cooperação com a RPCh e os BRICS.

Nesse sentido, quando a Amazônia é descrita, pode ser considerada como uma bacia que “abrange cerca de 7,3 milhões de km² entre nove países: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa” (FONTAINE, 2006, p.26). Assim, a Amazônia envolve geopoliticamente vários países da América Latina; portanto, é notório que desde a Cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992, o espaço verde se delineou

como um contexto essencial para a conversação da vida no planeta, além de ser considerado "um espaço privilegiado para observar os fenômenos ligados à globalização" (FONTAINE, 2006, p.26).

Além disso, a questão amazônica tem um impacto real e vinculante nas relações internacionais em um espaço global. Da mesma forma, supõe uma integração regional como a exposta no Tratado de Cooperação Amazônica, TCA. No entanto, a Amazônia possui uma dupla interpretação como fenômeno global: um recurso de conservação e um elemento de proteção se levamos em conta os interesses econômicos e a exploração realizada pelas principais hegemonias econômicas do mundo; uma vez que a questão amazônica está intrinsecamente ligada às "políticas de conservação dos espaços naturais, à crescente inserção nos mercados mundiais de matérias-primas (minerais, hidrocarbonetos, madeira etc.), produtos agrícolas (como soja e palma africana) ou serviços (como o turismo)" (FONTAINE, 2006, p.26).

Por outro lado, a questão amazônica mostra a importância dos povos na definição das políticas econômicas aplicadas em um estado nacional, bem como em um contexto de cooperação multilateral: BRICS e XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025). Por isso, a presença de comunidades indígenas não implica apenas assistência social, mas também exige dos países participantes do território amazônico uma resposta clara e precisa aos problemas econômicos, educacionais, políticos e sociais. É assim que Fontaine (2006) expõe em sua obra intitulada *A globalização da Amazônia: uma perspectiva andina*, a transversalidade da questão amazônica nas relações políticas e econômicas que posteriormente são apresentadas como atividades de produção e exploração.

Nesse sentido, a razão da presença das comunidades indígenas na questão amazônica é atribuída ao seguinte:

La población de la cuenca amazónica representa hoy cerca de 30 millones de personas, o sea el 10% de los habitantes de la región, y se concentra mayoritariamente en zonas urbanas: la tasa de población urbana alcanza el 68,1% en Brasil, seguido por Venezuela (64,8%), Bolivia (59,9%), Perú (56%), Colombia (45,4%) y Ecuador (28,3%). Ahí también, el peso de Brasil es preponderante, con más de 21 millones de habitantes (12,1% de la población nacional) repartidos entre nueve Estados: Acre, Amapá, A m a zonas, Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão, Mato Grosso y Tocantins (FONTAINE, 2006, p.26).

A presença da Amazônia no cotidiano dos povos da América do Sul é vital para compreender as interações que eles realizam no sistema internacional, por isso nesta pesquisa, dada a complexidade histórica do estudo da Amazônia, apenas a inserção de esta região é considerada pelo mundo globalizado que segundo Fontaine (2006) ocorreu

na segunda metade do século XX, "particularmente com a abertura das primeiras grandes rodovias e a exploração de petróleo e gás natural" (FONTAINE, 2006, p.27).

Da mesma forma, quando a questão da Amazônia é abordada, não estabelece uma concatenação com o conceito de desenvolvimento sustentável presente no Relatório Brundtland; uma vez que a interpretação da realidade amazônica está associada a movimentos ambientalistas, organizações internacionais, grupos econômicos, uma máfia verde como menciona Carrasco (2006), que na maioria das vezes responde a uma ideologia ou interesse global na exploração de recursos com doses de assistência e precariedade do problema indígena amazônico: seu acesso à produção de recursos.

Situação que a equipara à interpretação da realidade peruana exposta por Mariátegui em seu livro 7 Ensaios sobre a Interpretação da Realidade Peruana onde afirma que o problema do índio é sua posse da terra, no caso dos indígenas amazônicos, não apenas o acesso à terra pressupõe sua independência econômica e política, mas a abordagem de compreensão da produção e transformação dos recursos delineará uma real apropriação de seu contexto. Assim, o indígena amazônico deixará de ser um mero ornamento no espaço verde e mão de obra barata e não qualificada ou uma simples fotografia para turistas nacionais e estrangeiros, para se tornar o dono direto da Amazônia; visto que, historicamente, o indígena amazônico conhece o contexto que o cerca. Nesta mesma linha, se comparte o argumento de Fontaine (2006) respeito à questão amazônica:

Por cierto, el concepto de "desarrollo sostenible" popularizado por el "Informe Brundtland" y la "Declaración de Río" no es una panacea universal. Su interpretación queda sometida a divergencias ideológicas notorias entre movimientos ecologistas e indigenistas y actores institucionales y económicos. Sin embargo, expresa claramente la necesidad de repensar las modalidades de desarrollo, completando este sustantivo, cuyas numerosas connotaciones perversas par las sociedades dependientes amenazaban de transformarlo en cascarón vacío, con un adjetivo que vuelve a dar toda su importancia a largo plazo, incluso al muy largo plazo. Eso vale en particular para el desarrollo de la actividad petrolera, que financió la integración de la Amazonía en los mercados mundiales sin mejorar mucho las condiciones de vida de las poblaciones locales, y eso a costa de una contaminación crónica y de la aceleración de la deforestación (FONTAINE, 2006, p.34).

Dessa forma, esta pesquisa leva em consideração a questão amazônica, dada a presença do Brasil nos BRICS e a influência econômica da China nas relações multilaterais; uma vez que é um fator crucial que condiciona as relações econômicas e a exploração dos recursos naturais na Amazônia, além de haver um objetivo de desenvolvimento verde presente no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) que é diretamente influenciado os elementos da realidade amazônica no mundo contemporâneo, globalizado e interconectado.

2.5. XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025)

Em primeiro lugar, é importante mencionar que os Planos Quinquenais estão orientados pelo interesse de estabelecer metas de desenvolvimento econômico e social durante cinco anos. Neste sentido, estão direcionados por planos que consideram elementos tais como a indústria, a agricultura, a saúde, o governo e a ciência, a tecnologia, meio ambiente, comércio internacional, segurança nacional, geopolítica e educação. Por conseguinte, ao abordar os XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) é importante realizar uma breve explicação histórica destes planos. Assim, o primeiro plano da RPC de 1953-1957 procurou, logo de uma crise anterior, transformar a dependência agrícola da China através de diretrizes nacionais orientadas à construção de matrizes industriais, especialmente em setor industrial complexo.

O segundo plano quinquenal da China (1958-1963) incrementou o investimento em indústrias complexas, especialmente as vinculadas a indústria pesada, consolidando assim a transformação da China de um país agrícola a uma nação em desenvolvimento industrial. O terceiro plano quinquenal (1966-1970) se interessou em melhorar as condições da agricultura chinesa, além de incrementar o investimento em indústrias básicas para a economia nacional. Em adição, o quarto plano quinquenal (1971-1975) estabeleceu objetivos de curto e longo prazo para a produção agrícola e industrial, assim como delimitou o forte interesse inicial da China em investimentos no setor de infraestrutura.

Assim mesmo, o quinto plano quinquenal da China (1976-1980) definiu o objetivo de converter a indústria chinesa em independente, diversificada e complexa. Por conseguinte, no sexto plano quinquenal (1981-1985) a China procurou reajustar alguns objetivos dos planos anteriores, assim como melhorar aqueles que tiveram sucesso inicial. Portanto, no sétimo plano quinquenal (1986-1990) os chineses estruturam um sistema econômico socialista mas com uma marcado interesse no desenvolvimento a curto e longo prazo, assim é interessante como a China aproveitou o avanço capitalista para seus objetivos de crescimento econômico. Desta forma, no seguinte plano quinquenal (1991-1995), aproveitando a projeção do crescimento econômico, o governo chinês se interessou no desenvolvimento industrial através do investimento em áreas estratégicas da tecnologia, a educação, o comércio e as finanças.

Por isso, no plano quinquenal XIX (1996-2000) a China fortaleceu a indústria complexa e expandiu seu capital a outras zonas de influência, especialmente na Ásia e nos países emergentes. Assim sendo, no X plano quinquenal (2001-2005) o governo chinês se

preocupou a criar um sistema de segurança social, além de melhorar o comportamento financeiro das principais empresas nacionais.

No XI plano quinquenal (2006-2010) a China promoveu uma atualização complexa dos principais polos industriais com a finalidade de melhorar a competitividade das mesmas, assim como orientou os investimentos financeiros em recursos naturais raros. Porém, esta atualização veio com forte trabalho na área educativa, ciência, tecnologia, ambiente e energia, que foram definidas no XII plano quinquenal (2011-2015). Em suma, no XIII plano quinquenal (2016-2020) o governo chinês preocupou-se em melhorar as condições econômicas associadas à exploração de recursos naturais através de investimentos em inovação e tecnologia como principais elementos para o desenvolvimento econômico.

Desta forma, nesta pesquisa considera-se que os Planos Quinquenais são elementos fundamentais para orientar as atividades econômicas, políticas e sociais da República Popular da China. Portanto, desde 1953, os quatorze Planos Quinquenais foram estabelecidos e desenvolvidos, liderados pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, responsável pelo governo e assuntos econômicos na China. Por conseguinte, no XIV se estabelece as diretrizes acadêmico-científicas, econômicas, industriais e culturais da RPCCh. No entanto, o aspecto fundamental deste XIV Plano Quinquenal está associado ao compromisso ambiental. Dessa forma, a nação de Mao busca reduzir as emissões de CO₂ e promover um desenvolvimento verde menos dependente das exportações e mais voltada para a criação de uma economia nacional sólida e voltada para o consumo interno. O XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) estabelece metas de curto e longo prazo baseadas na ideia de desenvolvimento interno e maximização de recursos, bem como traça a redução de elementos poluentes em sua área de influência, os BRICS e outros espaços multilaterais.

Além disso, o XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) mostra os objetivos da nação asiática em relação as novas interações internacionais da seguinte maneira:

中华人民共和国（中国）“国民经济和社会发展第十四个五年规划”（“十四五”规划）（2021—2025年）于2021年3月审议通过，强调高质量、绿色发展。基于“十三五”规划取得的成果，“十四五”规划的目标是降低经济的碳强度，并在2030年前达到二氧化碳排放峰值。“十四五”规划强调，创新是现代发展的核心，要依托双循环战略作为增长模式，结合各项改革，提高人们的生活水平。（ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2021, p.1)¹⁹

¹⁹ O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) (o Plano) de Desenvolvimento Econômico e Social Nacional da República Popular da China (RPCCh) foi aprovado em março de 2021. O Plano destaca a alta qualidade,

Isto significa uma nova visão de projeção internacional que se foca no desenvolvimento interno e no uso do desenvolvimento verde como principal elemento chave para suas relações com os outros países dentro do sistema internacional, assim como com aqueles que possuem altos índices de produtividade energética e terras verde como países sul-americanos amazônicos, devido a que o interesse do gigante asiático é expandir investimentos em projetos de desenvolvimento econômico em países emergentes e também em nações que tem um alto potencial de criação de energia e agricultura o que se vincula com o objetivo de reduzir a emissão de dióxido de carbono antes de 2030 e criar energias limpas com baixo custo, mas com alto ganho econômico.

2.6. Promoção do desenvolvimento verde e a Guia do Desenvolvimento Verde (GDV)

Em primeiro lugar, a OCDE considera que o crescimento verde e o desenvolvimento econômico estão associados à conservação e preservação dos bens naturais que garantem o bem-estar de toda a população mundial. Nesse sentido, embora crescimento e desenvolvimento sejam termos que podem gerar debates sangrentos, esta pesquisa enfatiza que o crescimento econômico por meio da catálise de investimentos e inovação supõe um desenvolvimento dos elementos envolvidos nas interações empresariais e a preservação dos ativos naturais. Portanto, como aponta o MINAM (2021):

O crescimento verde apresenta uma abordagem baseada no crescimento econômico de baixo carbono, uso eficiente dos recursos naturais, valorização dos bens e serviços ambientais, inclusão social e geração de oportunidades; baseado na inovação, criação de novos mercados, redução de riscos ambientais, focado na busca de propostas custo-efetivas para reduzir a pressão sobre o meio ambiente em direção a novos padrões de crescimento e desenvolvimento (MINAM, 2021, p.1)

Assim, o desenvolvimento verde supõe uma Guia para o financiamento climático anteriormente atribuído às Diretrizes de Crédito Verde, embora a China, por meio de seu Ministério de Ecologia e Meio Ambiente e outras instituições governamentais, tenha estabelecido uma Guia de Desenvolvimento Verde (GDV) que tenha impacto na execução do desenvolvimento projetos nacionais e internacionais, além de ser um marco de referência para iniciativas vinculadas a La Franja y La Ruta (LFLR) cujo objetivo final é a

desenvolvimento verde. Com base nas realizações do 13º Plano, ele visa reduzir o carbono intensidade da economia e para atingir o pico das emissões de dióxido de carbono antes de 2030. O Plano enfatiza inovação como o núcleo do desenvolvimento moderno, confiando na estratégia de dupla circulação como o crescimento paradigma aliada a reformas para aumentar o padrão de vida [Tradução livre].

integração econômica global e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura com responsabilidade ambiental.

Desta forma, o desenvolvimento verde por meio do GDV é um documento crucial que permite a interação da RPCh em contextos de exploração de recursos naturais, especialmente em áreas verdes como a Amazônia. Em suma, o GDV apresenta-se como um parâmetro nacional e internacional para a RPCh que impacta diretamente nas relações internacionais que estabelece dentro do sistema internacional. Um aspecto que será abordado no BRICS, principalmente no que diz respeito a projetos de investimento com forte impacto ambiental na Amazônia.

Ao respeito a Guia do Desenvolvimento Verde, é imprescindível o investimento em projetos que diminuam o impacto da ação humana no ambiente; por conseguinte, existem projetos vinculados ao tema ambiental e energético nos BRICS delimitados pelo Novo Banco de Desenvolvimento, tais como o *Environmental Protection Project* do 28 de maio de 2019 do Brasil de 200 milhões de dólares estadunidenses que tem como objetivo um impacto direto no desenvolvimento de benefícios ambientais e sociais através da diminuição da poluição da água, assim como o uso gradual de novas tecnologias para o desenvolvimento de programas energéticos.

Em adição, na Rússia se estruturou o projeto intitulado *Sustainable infrastructure in relation to “ZapSibNefteKhim” Project* orientado pela erradicação de elementos poluentes nas atividades extrativas da Federação Russa que se estabeleceu o 18 de setembro de 2018 com um total de 300 milhões de dólares. Por sua parte, a China o 30 de agosto de 2017 com 200 milhões de dólares orientou um projeto intitulado *Jiangxi Industrial Low Carbon Restructuring and Green Development Pilot Project* o que provocou nos últimos anos um aproveitamento de energia de 95 118 toneladas de carvão e uma redução de emissões poluentes de 263 476 toneladas por ano considerando o nível agregado.

Finalmente, a África do Sul, o 31 de março de 2017 adquiriu um investimento do Novo Banco de Desenvolvimento de 480 milhões de dólares estadunidenses para o *Environmental Protection Project For Medupi Thermal Power Plant* com a finalidade de diminuir os impactos desta indústria na saúde da população, e a redução do impacto contrário ao meio ambiente causado pela deposição ácida segundo o NBD.

CAPÍTULO 3. UMA HIPÓTESE DOS IMPACTOS DA QUESTÃO AMAZÔNICA NO DESENVOLVIMENTO DA CHINA E OS BRICS

3.1. Hipótese Geral dos impactos da questão amazônica no desenvolvimento da China e os BRICS

Nesta pesquisa, logo do diagnóstico inicial sobre a questão amazônica nos planos de ação dos BRICS e no XIV Plano Quinquenal da China, se estabelece a existência de uma estrutura que toma em conta a Amazônia nos projetos estatais tanto da China como dos países emergentes, que visam criar mecanismos de desenvolvimento verde tanto de forma interna como internacional da China pelos seguintes fatores:

- Política exterior:
 - Posicionamento da China e dos BRICS no cenário internacional a partir de uma visão multipolar de interação global, onde a Amazônia como fronteira natural internacional se converte em um fator imprescindível para o posicionamento geoestratégico nas novas dinâmicas de poder no sistema internacional.
- Geopolítico:
 - A Amazônia como um elemento chave para o equilíbrio de poder global da China e os BRICS em contraposição aos interesses geoeconômicos dos Estados Unidos de América, assim como uma oportunidade de fortalecer os interesses geopolíticos dos países amazônicos e eliminar a intervenção militar dos EUA em territórios de países sul-americanos que tem floresta amazônica.
- Energético:
 - A Amazônia como uma região com a maior quantidade de recurso hídrico do mundo, representa uma oportunidade de investimento em hidrelétricas e agricultura para criar energia e segurança alimentaria a baixo custo com a participação de capital chinês que tem a complementariedade de promover o desenvolvimento de infraestrutura e a integração amazônica, mas que implica também a avaliação do posicionamento geoestratégicos dos países com floresta amazônica em relação à soberania territorial.
- Econômico:
 - A Amazônia em termos econômicos se insere na nova expansão do capital internacional em zonas estratégicas que supõem o aproveitamento de recursos naturais essenciais para a sobrevivência humana; por isso, os países dos BRICS tem interesse no desenvolvimento de zonas de pesquisa, investimento e cooperação

técnico-científico. Por conseguinte, a China baseada no XIV Plano Quinquenal e orientada pelo desenvolvimento verde e a redução do impacto das mudanças climáticas nas interações econômicas e sociais, investem nas zonas amazônicas com potencial de ganhos a baixo custo de operação.

3.2. A complementariedade entre BRICS, o XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) e o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS: meio ambiente.

Neste apartado, segundo a análise realizada no trabalho de conclusão de curso se notou que no âmbito dos BRICS, a questão amazônica é vital para colocar a agenda multipolar dentro das interações no sistema internacional. Também, segundo as declarações dos países membros dos BRICS, existe um interesse para criar um mecanismo de investimento em zonas estratégicas do ponto de vista geoestratégico e contra-hegemônico, especialmente contra os EUA e outras potências hegemônicas europeias.

Por conseguinte, o XIV Plano Quinquenal da China associado à aplicação de um desenvolvimento verde incide no comportamento dos países dos BRICS em relação a exploração de zonas de floresta amazônica com um alto nível de capacidade produtiva, além de ser um elemento chave para a diminuição do CO₂ nas interações de novas indústrias nas zonas amazônicas e na área de influência geoestratégica da China na América do Sul.

Desta forma, é notório que a complementariedade entre BRICS, XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) e Novo Banco de Desenvolvimento se orientam a situar ao meio ambiente como principal fonte de expansão da nova fronteira natural do capitalismo, especialmente em zonas amazônicas, dado que esta é um elemento vital na luta pelo poder hegemônico e a projeção internacional a curto e longo prazo.

Além disso, a preocupação a longo prazo é a diminuição do impacto das atividades humanas no meio ambiente, assim como a criação de procedimentos industriais inovadores que levem a um desenvolvimento verde sustentável e também a implementação de projetos que promovam a participação das principais indústrias dos países membros dos BRICS, especialmente em áreas como a energia limpa e eficiência energética, transporte e infraestrutura, água e saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social, e infraestrutura digital.

Além dos elementos mencionados anteriormente, considerando a estrutura básica da Economia Política Internacional em Gonçalves (2005) no diagnóstico realizado nesta

pesquisa se toma em conta que o novo sistema internacional que os BRICS desejam implementar em curto prazo é o multilateralismo, onde o aspecto político e cultural estejam delimitados também pela colaboração econômica. Portanto, a institucionalização do Novo Banco de Desenvolvimento, por exemplo, é uma mostra do interesse dos países dos BRICS pelos investimentos em áreas estratégicas com ênfase na diminuição no meio ambiente, assim como em espaços verdes como a Amazônia. Desta forma, a dimensão bilateral que se dá dentro dos BRICS está condicionada aos projetos de inovação e tecnologia orientada pela criação de novos programas de desenvolvimento verde. Isto implica que os países realizam cooperação educativa e econômica a partir da livre determinação de interesses comuns. Porém, a questão amazônica está estruturada nos planos de desenvolvimento econômico, mas condicionada pela cooperação multilateral; por conseguinte, as responsabilidades sobre o impacto humano no meio ambiente são compartilhadas.

Neste sentido, na esfera comercial, produtiva-real, tecnológica e monetária-financeira, os BRICS estão considerando seriamente uma cooperação radical respeito a trabalhar conjuntamente para combater as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e poluição; desta forma, o aspecto energético se apresenta como imprescindível nas relações comerciais dos BRICS dado que representam o 40% do consumo mundial de energia até o ano 2022. Assim mesmo, a cooperação nestes elementos tem alcance no investimento do desenvolvimento em energias renováveis com a finalidade de lograr a eficiência energética representada na Declaração de Moscou em 2020, que criou um plano de ação para direcionar a cooperação energética até o ano 2025.

Portanto, o Novo Banco de Desenvolvimento nesta linha, considerando a esfera monetária-financeira procura ser uma alternativa ao sistema econômico internacional liderado pelos Estados Unidos de América, devido a que a proposta dos BRICS considerando a questão amazônica e o desenvolvimento verde promove um desenvolvimento para todos porque é inevitável crescer sem atender às necessidades imediatas das populações mais vulneráveis. Por isso, os investimentos realizados pelo NBD tomam em conta a diminuição da pobreza, promoção de oportunidades, respeito das culturas locais e; sobretudo, do meio ambiente. Porém, uns dos problemas que enfrenta o NBD está baseado nas regulações nacionais de cada país membro, especialmente naquelas nações consideradas como desenvolvidas, dado que a estandardização de normas legais, econômicas e ambientais estão orientadas pelas leis de cada país e não pelo conjunto de interesses de proteção ambiental do conjunto, dado que os problemas de infraestrutura é assimétrica. Também, outro problema é a transparência e a democracia em

alguns países membros dos BRICS, e também no respeito da consulta prévia no Brasil em territórios amazônicos das comunidades indígenas.

Em suma, o problema que os BRICS tem que solucionar está sujeito à estrutura mesma do sistema econômico internacional através do uso do dólar, o que provoca uma dependência econômica estrutural dos interesses estadunidenses, no que nos últimos se tentou reverter por meio de planos econômicos de outras moedas internacionais, especialmente aquelas do bloco econômico dos BRICS.

Por outro lado, os atores que participam dentro dos BRICS orientados pela questão amazônica e o desenvolvimento que é considerado no XIV Plano Quinquenal da China, se podem classificar da seguinte forma: Estado (países membros), empresas transnacionais (empresas nacionais de alguns países dos BRICS, assim como empresas internacionais que adquiriam empréstimos do Novo Banco do Desenvolvimento), grupos sociais: cidadãos dos BRICS, comunidades indígenas e organizações internacionais que avaliam os investimentos em zonas de proteção ambiental no mundo.

Assim mesmo, os grupos sociais que participam dentro dos planejamentos quinquenais da China especificados no XIV Plano, são aqueles que conformam o Partido Comunista chinês, a comunidade chinesa em seu conjunto, especialmente os municípios e os empresários estatais e privados; mas, ainda se apresentam classes sociais confrontadas dado que existe um forte interesse pelo investimento em zonas frágeis ambientalmente mas com uma interessante capacidade de desenvolvimento econômico; sobre tudo, as comunidades que moram em zonas de florestas ou em lugares onde se encontram matérias primas indispensáveis para a eficiência energética fora da área chinesa nos outros países dos BRICS, mas especificamente na floresta amazônica do Brasil, onde os povos indígenas ainda são resistência positiva para a proteção dos recursos naturais ancestrais.

Em adição, os organismos intergovernamentais que podem ser considerados nesta pesquisa segundo a visão de desenvolvimento dos países dos BRICS, do XIV Plano Quinquenal da China e a questão amazônica, são aqueles que projetam os interesses dos países membros como o NBD, os Bancos Centrais, os principais ministérios de economia, finanças, meio ambiente, infraestrutura, e energia.

Assim próprio, a banca internacional está supeditada à promoção de investimentos que respeitem o meio ambiente, através de projetos sustentáveis. Por isso, os BRICS, especialmente a China, projeta seu interesse global de desenvolvimento verde por meio dos principais meios de comunicação estatal, o mesmo faz a Rússia e o Brasil, por meio de uma mostra de cooperação multilateral de *win to win*, mas o elemento chave além do

econômico é a segurança energética e a proteção ambiental; por isso, é interessante se questionar por que o Brasil no próximo ano 2023 liderará o NBD, é a questão amazônica um elemento chave para esta eleição, qual é o protagonismo de Dilma Roussef que desenvolverá representando aos países membros, especialmente ao Brasil quando se trabalhem projetos de exploração da floresta amazônica?

Desta forma, os grupos de interesses são principalmente os governos e as empresas envolvidas no desenvolvimento dos projetos econômicos condicionados pelas diretrizes de desenvolvimento verde, o que caberia perguntar também como fica a participação dos indivíduos nos BRICS ou no desenvolvimento de programas de crescimento econômico, a resposta está no mesmo objetivo, por exemplo, do NBD: não é possível crescimento e desenvolvimento econômico sem a redução de desigualdades em diversas áreas da sociedade.

Neste sentido, se encontram interesses materiais dentro dos BRICS, o XIV Plano Quinquenal e a questão amazônica estudada nesta pesquisa: a proteção e conservação do espaço verde vital para a humanidade e o desenvolvimento econômico a curto e longo prazo, a floresta amazônica é um elemento chave como elemento material dentro das interações dos países dos BRICS.

Por conseguinte, os valores e ideais em relação a questão amazônica e o desenvolvimento verde fomentado nos XIV Plano Quinquenal da China, estão condicionadas pela implementação de projetos de energias renováveis, eficiência energética, assim como segurança hidrográfica, e gestão de recursos naturais. Portanto, é vital a redução de assimetrias na infraestrutura regional, dado que o objetivo a curto prazo é melhorar a integração e a conectividade. Alguns exemplos destes interesses são os 300 milhões de dólares investidos no Brasil e junto ao BNDES para o financiamento de projetos que estruturam a criação de energias renováveis, assim como os 180 milhões de dólares para a integração dos produtos que tem forte necessidade de energia renovável da região de Soweto na África do Sul. Também, os dois projetos de 525 milhões de RMB e 2 mil milhões de RMB para energia solar e energia eólica, respectivamente na China. Em suma, dois projetos de 250 milhões e 350 milhões de dólares para projetos de energia renovável e melhoria de rodovias na Índia, além dos 100 milhões de dólares estadunidenses para o projeto hidroelétrico de 49,8 Mw de JSC Nord-Hydro-Bely Porog.

O mencionado no parágrafo anterior, é uma demonstração de que a questão verde é imprescindível para o desenvolvimento econômico, a integração regional e a cooperação multilateral nos países dos BRICS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetiva que a Amazônia é um fator relevante para o novo paradigma de desenvolvimento verde, assim como um elemento chave para a projeção internacional dos países que possuem floresta amazônica e também para aquelas nações emergentes associados nos BRICS, especialmente segundo os dados considerados nesta investigação, a China tem um interesse geopolítico que se vincula à finalidade de reduzir a zona de influência dos Estados Unidos de América nas suas bases militares em toda América do Sul.

Portanto, ao analisar a questão amazônica nos BRICS e seu impacto na promoção da economia verde no XIV Plano Quinquenal da China (2021-2025) segundo o descrito nesta pesquisa se considera que os planos de desenvolvimento econômico tomam em conta a redução das assimetrias econômicas e de infraestrutura, assim como são projetados investimentos em áreas estratégicas especialmente as de segurança hidrográfica e energética, assim como em zonas de matérias primas associadas à energia e a floresta amazônica. Neste sentido, os investimentos dos países dos BRICS, procuram reduzir o impacto da atividade humana nos projetos de infraestrutura, mas com forte ênfase na independência econômica, energética e alimentar, onde o Brasil com floresta amazônica é um país estratégico para os países mais consolidados nos BRICS, como é o caso da Rússia e a China.

Por conseguinte, o Novo Banco do Desenvolvimento é uma instituição que apoia investimentos em zonas estratégicas na Amazônia brasileira o que leva a estruturar projetos especialmente de índole energética e de agronegócio, assim como o fortalecimento de centros de pesquisa sobre a natureza e a aplicação de projetos de infraestrutura nas zonas rurais e periféricas da Amazônia brasileira.

Neste sentido, os BRICS colocam à Amazônia no centro das interações internacionais e do paradigma multipolar como um elemento que concatena os esforços dos países membros por conseguir um desenvolvimento sustentável que leve a uma maior capacidade de ação no cenário internacional e de integrar aos países amazônicos nas interações geoestratégicas.

Finalmente, a Amazônia está inserida na agenda global dos BRICS, nos planos de desenvolvimento expostos no XVI Plano Quinquenal da China, o que fortalece o argumento de que a questão amazônica se converteu na fronteira natural de expansão do novo capitalismo e sistema internacional.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. **As ações da Rússia no Entorno Estratégico Brasileiro nos 20 primeiros anos da Era Putin**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Escola Marechal Castello Branco, Rio de Janeiro.
- ANDER-EGG, E. **Aprender a investigar. Nociones básicas para la investigación social**. Córdoba: Brujas, 2011.
- ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, n.42, p.14-33, 2018.
- ARAGÓN, Luis Eduardo. **Amazônia: conhecer para desenvolver e conservar. Cinco temas para um debate**. São Paulo: Hucitec Editora, 2013.
- ASIAN DEVELOPMENT BANK. **中华人民共和国第十四个五年规划——推进高质量发展 (The 14th Five-Year Plan of the People's Republic of China-Fostering High-Quality Development)**. Filipinas: ADB, 2021.
- BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, v.19, n.53, p,71-86, 2005.
- BBC. China country profile. **BBC News**, 2018. <https://www.bbc.com/news/world-asia-pacific-13017877>
- BERNAL, C. **Metodología de la investigación**. Colombia: Pearson Educación, 2010.
- CARDOZO, S. O lugar do BRICS na Política Externa da Índia. **Revista Carta Internacional**, v. 16, n.2, 2021.
- CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 2017.
- CEBC. Investimento chinês no Brasil soma US\$ 66 bilhões nos últimos 14 anos. **Economia Globo 1**, 2021 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/05/investimento-chines-no-brasil-soma-us-66-bilhoes-nos-ultimos-14-anos.ghtml>
- CHINAHOJE. Financiamento de banco dos BRICS na região amazônica do Brasil é um êxito, destaca secretário. **China Hoje**, 2022. <http://www.chinahoje.net/financiamento-de-banco-dos-brics-na-regiao-amazonica-do-brasil-e-um-exito-destaca-secretario/>
- CUÉLLAR, Bibiana Katherine. **La inserción de China en América Latina: discurso oficial y Relaciones Político-Comerciales de China con Colombia, Chile y Brasil**, 2015. Dissertação (Mestrado)-Universidade Militar Nueva Granada, Bogotá.
- FLORES MARICAHUA, Bill Eglinton. Estudo da Política Educativa Linguística loreana

durante o último ano de governo de Ollanta Humala Tasso (2016): uma visão sobre a situação educativa linguística loreana. 2020. 99 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Lato Sensu em Especialização em Ensino-Aprendizagem de Línguas Adicionais) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

GONÇALVES, Reinaldo. **Economia Política Internacional: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX 1914-1991**. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.

KISSINGER, Henry (1996). **Diplomacia**. Ed. Gradiva: Lisboa, 1996.

MEDEIROS, Klei Pando. **Compreendendo o grupo BRICS na sua trajetória: condições sistêmicas e composição de interesses**, 2021. 320f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo.

MORILLO, I. Indígenas denunciam extrações de gigante petrolífera chinesa na Amazônia peruana. **Global Voices**, 2021. <https://pt.globalvoices.org/2021/07/12/indigenas-denunciam-extracoes-de-gigante-petrolifera-chinesa-na-amazonia-peruana/>

NIU, H. A grande estratégia chinesa e os BRICS. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v. 35, n.1, 2013, p. 197-229.

RINALDI, A. L. **BRICS: alinhamento estratégico e soft balancing**, 2020. 23f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. **Geopolítica, desenvolvimento e integração na América do Sul? Os projetos de poder estadunidense e chinês na Amazônia Sul-Americana (2001-2016)**, 2020. 322-346. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. La relevancia geoestratégica de la Amazonía Sudamericana para los proyectos de poder de Estados Unidos y China (2001-2016). **Revista tempo do mundo**, n.27, p.423-451, 2021.

SAMPIERI, H. COLLADO, C.; LUCIO, P. **Metodología de la Investigación**. McGraw-Hill Interamericana: México, 2003.

SAGGIORO GARCIA, A. Investimentos da china no Brasil, na África do Sul e na Índia: arranjos institucionais, atores e impactos. **Revista Tempo do Mundo**, n. 22, p. 149-174, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/rtm22art7>

VISENTINI, P.; PEREIRA, A. et al. **BRICS. As potencias emergentes**. Vozes, 2013.

ZHOU, Quan. **Impacto de la reestructuración económica de China desde el periodismo profesional. Análisis de la cooperación comercial chino-latinoamericana**, 2018. Tese (Doutorado)-Faculdade de Ciências da Informação, Universidade Complutense de Madrid, Madrid.